



ÉTICA

APRESENTAÇÃO

É ou não correto roubar um remédio, cujo preço o torna inacessível, para salvar alguém que, sem ele, morreria? Colocado de outra forma: deve-se privilegiar o valor “vida” ou o valor “propriedade privada”? Seria um erro pensar que, desde sempre, os homens têm as mesmas respostas para questões desse tipo. Os valores são criados pelos seres humanos e têm um caráter histórico — modificam-se, como se modificam as sociedades e os homens e as mulheres que as compõem. Na Grécia antiga, por exemplo, a existência de escravos era tida como perfeitamente legítima: as pessoas não eram consideradas iguais entre si, e o fato de umas não terem liberdade era considerado normal. Hoje em dia, ainda que nem sempre respeitados, os Direitos Humanos impedem que alguém ouse defender, explicitamente, a escravidão como algo legítimo.

O tema do documento de Ética, portanto, não é novo, mas é novo ter um documento que possibilite abrir discussões sobre este assunto no contexto escolar, considerado como um espaço privilegiado para uma educação em valores.

Na primeira parte, define-se o tema, descrevendo-o historicamente e referenciando-o aos valores que orientam o exercício da cidadania numa sociedade democrática. Aponta-se a importância da formação ética das novas gerações, indicando-se possibilidades e limites da escola para realizar esse trabalho, no contexto das diversas influências que a sociedade exerce sobre o desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens. Após essas reflexões de cunho geral, são feitas considerações sobre o desenvolvimento da moralidade nas pessoas, assinalando o papel da afetividade e da racionalidade nas diversas fases desse desenvolvimento, que se dá sempre no interior do processo de socialização. Defende-se uma vivência da Ética no processo de ensino e aprendizagem, na perspectiva da transversalidade, apresentando-se, no final da primeira parte, os objetivos gerais da proposta de formação ética dos alunos.

A segunda parte do documento, voltada para os ciclos finais do ensino fundamental, trata dos conteúdos relacionados a respeito mútuo, justiça, solidariedade e diálogo.

Secretaria de Educação Fundamental

ÉTICA

1ª PARTE

ÉTICA E SOCIEDADE

Ética e Moral: o significado dos conceitos

Os seres humanos convivem em sociedade e a aventura da convivência desafia-os a enfrentar e procurar responder a todo momento a pergunta: “Como agir na relação com os outros?”. Trata-se de uma pergunta fácil de ser formulada, mas difícil de ser respondida. Ora, esta é a questão central da Moral e da Ética.

Moral e ética são palavras freqüentemente empregadas como sinônimos: conjunto de princípios ou padrões de conduta. A etimologia dos termos (*mores*, no latim, e *ethos*, no grego) é mesmo indicativa de um significado comum: ambos remetem à idéia de costume. Os costumes são o primeiro conteúdo da cultura, são maneiras de viver “inventadas” pelos seres humanos. O comportamento dos outros animais é determinado pela natureza — em qualquer tempo ou lugar, uma formiga, um castor, uma andorinha repetem os atos de formigas, castores e andorinhas que os precederam, atendendo às necessidades que a natureza lhes impõe, de forma automática, naturalmente condicionada. Com os seres humanos, é diferente, pois, para atender suas necessidades, criam formas de viver que se diferenciam em tempos e lugares diversos, constroem respostas diversificadas às necessidades inscritas na natureza, reformulando constantemente as respostas, inventando novas necessidades. Suas ações são mediadas tanto pela percepção do real como pela capacidade de formular diferentes respostas a um estímulo, uma necessidade.

Nos costumes, manifesta-se um aspecto fundamental da existência humana: a criação de valores. Os diversos grupos e sociedades criam formas peculiares de viver e elaboram princípios e regras que regulam seu comportamento. Esses princípios e regras específicos, em seu conjunto, indicam direitos, obrigações e deveres. Não há valores em si, mas sim propriedades atribuídas à realidade pelos seres humanos, a partir das relações que estabelecem entre si e com a realidade, transformando-a e se transformando continuamente. Valorizar significa relacionar-se com a natureza, atribuindo-lhe significados que variam de acordo com necessidades, desejos, condições e circunstâncias em que se vive. Pela criação cultural, instala-se a referência não apenas ao que é, mas ao que deve ser. O que se deve fazer se traduz numa série de prescrições que as sociedades criam para orientar a conduta dos indivíduos. Este é o campo da moral e da ética.

Embora as palavras que os designam tenham a mesma origem etimológica, os conceitos de ética e moral incorporaram, em seu percurso histórico, significações diferenciadas. No âmbito da filosofia, hoje, faz-se uma distinção entre eles, definindo a moral como o conjunto de princípios, crenças, regras que orientam o comportamento dos indivíduos nas diversas sociedades, e a ética como a reflexão crítica sobre a moral. É importante ressaltar que, ao se estabelecer a distinção, procura-se apontar de modo preciso

a estreita articulação que mantêm e que diz respeito exatamente ao terreno dos valores, presentes na prática e na reflexão teórica de homens e mulheres nas sociedades.

A PRESENÇA DA MORALIDADE NA CULTURA

Definindo-se como o conjunto de crenças, princípios, regras que norteiam o comportamento humano, a moral é o campo em que dominam os valores relacionados ao bem e ao mal, como aquilo que deve ser buscado ou de que se deve afastar. O conteúdo dessas noções ganha concretude no interior de cada contexto social específico e varia enormemente de sociedade para sociedade, de cultura para cultura, em cada situação concreta, intervêm interesses, estabelecem-se poderes, emergem conflitos. O que é importante assinalar é que a moralidade é componente de todas as culturas e a dimensão moral está presente no comportamento de cada pessoa em relação com as outras, das culturas e dos povos entre si.

É na *polis* — espaço organizado de vida e relação entre os indivíduos, tomando-se como base o trabalho, a produção de bens e conhecimentos — que se configuram valores, se estabelecem direitos, se prescrevem normas, regras, leis. E também se contestam essas normas, regras, leis, discutem-se aqueles direitos, criam-se novos valores. Dessa maneira, se aponta a estreita relação que guarda a moral com a política, entendida como instância de relações de poder e definição de compromissos.

É importante salientar, também, o caráter histórico da moral. No decorrer do tempo, as sociedades mudam e também mudam os homens e as mulheres que as compõem. Ao longo da história, as sociedades construíram e modificaram seus sistemas morais, focalizando a cada momento diferentes questões e interpretando os princípios de forma às vezes surpreendente para o que se coloca hoje, e freqüentemente paradoxal, como se pode verificar ainda nos sistemas contemporâneos.

Na Grécia antiga, por exemplo, os valores morais e políticos eram idênticos. As pessoas deveriam viver em conformidade com a natureza: cósmica e com a ordem social, política e familiar, o que se conseguia comandando as paixões por meio da razão, que dá normas e regras à vontade. Seguir os preceitos da moral significava ter sempre comportamentos virtuosos e o objetivo a se alcançar, vivendo moralmente, era a felicidade, naquele momento entendida como felicidade “pública”, isto é, que se realizava no convívio dos cidadãos. Embora considerada com um caráter público, a felicidade ficava fora do alcance de boa parte da população, como, por exemplo, dos escravos. A existência de escravos era tida como perfeitamente legítima: as pessoas não eram consideradas iguais entre si e o fato de algumas não terem liberdade, e, portanto, direito à felicidade, era considerado normal.

A cultura judaico-cristã trouxe a crença de que ser bom e alcançar a felicidade dependia da obediência aos decretos e mandamentos divinos, superiores aos humanos. As

virtudes passaram a ser a obediência e o amor ao próximo. Até a Idade Média, entretanto, a tortura era considerada prática legítima, seja para a extorsão de confissões, seja como castigo e expiação.

Com o advento da modernidade, a idéia de um mundo regido por forças espirituais vai sendo abalada, questionada pela concepção de que o mundo é regido por leis naturais, racionais e impessoais. A racionalidade não parecia impedir, entretanto, que se mantivessem, no campo da moralidade, idéias discutíveis. Por exemplo, as mulheres ainda eram consideradas como seres inferiores aos homens e, portanto, não merecedoras de direitos iguais, devendo obedecer a seus maridos.

Na atualidade, discutem-se questões como a atenção à igualdade e a diferença entre os seres humanos, grupos culturais e classes sociais. Mas também encontra-se o paradoxo acima enunciado: enfrentam-se situações em que se negam e desrespeitam os direitos dos seres humanos, em que dominam os preconceitos e a violência, mas, nesse mesmo contexto, as diferenças aparecem como forças libertadoras da cultura e busca-se uma reflexão que permita a ampliação de um espaço público de diálogo e de ação coletiva.

A DIMENSÃO PESSOAL DA MORALIDADE

A dimensão moral das ações implica em um posicionamento em relação aos valores, aos deveres. Por se caracterizarem como seres livres, com capacidade de superar, de alguma maneira, o determinismo da natureza, os seres humanos têm possibilidade de escolha. Escolher implica comparar e valorar. Assim, torna-se necessária a elaboração de critérios que classifiquem as ações como boas ou más, corretas ou inadequadas, e que orientem e justifiquem a escolha, que se configura como uma resposta diante das prescrições da sociedade. A responsabilidade é, portanto, o núcleo da ação moral, constituído por vários elementos que nele se cruzam. O primeiro deles é a liberdade, traduzida na possibilidade de fazer escolhas, de tomar partido. Se o indivíduo não pode fazer sua escolha entre a obediência e transgressão, não pode ser responsabilizado por sua ação. À liberdade associam-se a consciência e a vontade.

Cada um dos componentes da ação moral ganha sentido na articulação com os demais (não adianta querer realizar um gesto bom, se não se pode realizá-lo; não adianta poder, se não se tem consciência do que é bom; não adianta ter consciência e não empenhar a vontade etc.), e na afirmação de seu caráter relacional. Em todas as sociedades humanas há razões para a obediência e razões para a rebeldia. A responsabilidade implica o conhecimento dessas razões e a consideração daqueles a quem se dirige ou com quem se partilha a resposta.

Dizer que o indivíduo faz escolhas morais não é, entretanto, afirmar que existem morais individuais. Cada ser humano posiciona-se diante de um conjunto de valores que não foram criados por ele isoladamente, mas no contexto das relações com outros seres humanos. É dentro do contexto social, dos grupos de que faz parte, que o indivíduo

desenvolve suas potencialidades, inclusive sua moralidade. A relação de responsabilidade envolve poder e interdependência. Ela remete, assim, de certo modo, à noção de cuidado. Ser responsável é ter cuidado com o poder que se exerce, ao realizar escolhas e definir caminhos para a ação. É preciso ter claro, portanto, que o que se verifica é um posicionamento de cada pessoa frente aos valores e princípios que são criados e que têm significação no âmbito mais amplo de uma comunidade humana.

A ÉTICA: REFLEXÃO CRÍTICA

Todas as instâncias da vida social têm uma dimensão moral. É preciso possuir critérios, valores e, mais ainda, estabelecer relações e hierarquias entre esses valores para viver em sociedade. O cotidiano coloca clara e constantemente essa necessidade. Por exemplo, é ou não correto roubar um remédio, cujo preço é inacessível, para salvar alguém que, sem ele, morreria? Colocado de outra forma: deve-se privilegiar o valor “vida” (salvar alguém da morte) ou o valor “propriedade privada” (no sentido de não roubar)? Obviamente este exemplo apela para extremos, não tão freqüentes no dia-a-dia das pessoas. Porém, conflitos menos extremados são comuns e, em última instância, as respostas a eles passam pela decisão pessoal, influenciada pelas representações sociais e pela inserção cultural e política do indivíduo.

Diante dos conflitos, das questões complexas, percebem-se os limites das respostas oferecidas pela moral e a necessidade de problematizar essas respostas, verificar a consistência de seus fundamentos. É aí que entra a ética.

A ética é a reflexão crítica sobre a moralidade. Ela não tem um caráter normativo, pois, ao fazer uma uma reflexão ética, pergunta-se sobre a consistência e a coerência dos valores que norteiam as ações, busca-se esclarecer e questionar os princípios que orientam essas ações, para que elas tenham significado autêntico nas relações. Há uma multiplicidade de doutrinas morais que, pelo fato de serem históricas, refletem as circunstâncias em que são criadas ou em que ganham prestígio. Assim, são encontradas doutrinas morais cujos princípios procuram fundamentar-se na natureza, na religião, na ciência, na utilidade prática. As questões que se colocam a respeito das ações encontram resposta, de imediato, nas diversas doutrinas. Para a pergunta “por que devemos agir de determinada maneira?”, encontram-se respostas diversas, como: “porque está escrito nos Mandamentos”, “porque está demonstrado pela teoria x”, “porque traz vantagens” etc. A pergunta crítica colocada pela ética é de natureza diferente, pois sua intenção é problematizar exatamente os fundamentos. Ela indagará: “que valores sustentam os Mandamentos?”, “qual o suporte da teoria x?”, “para quem tal ação traz vantagens?”. A ética serve, portanto, para verificar a coerência entre práticas e princípios, e questionar, reformular ou fundamentar os valores e as normas componentes de uma moral, sem ser em si mesma normativa. Entre a moral e a

ética há um constante movimento, que vai da ação para a reflexão sobre seu sentido e seus fundamentos, e da reflexão retorna à ação, revigorada e transformada.

A ética trata de princípios e não de mandamentos. Supõe que os seres humanos devam ser justos. Porém, como ser justo? Ou como agir de forma a garantir o bem de todos? Não há resposta predefinida. É preciso entender as concepções relacionadas aos princípios que contribuem para a construção da moralidade do cidadão, levando em consideração conhecimentos históricos e sociais que resgatem a gênese desses princípios na prática social.

Os valores diferem de sociedade para sociedade. Numa mesma sociedade, valores diferentes fundamentam interesses diversos. No cotidiano estão sempre presentes valores diferenciados, e a diversidade pode levar, sem dúvida, a situações de conflito. Longe de querer dissolver esses conflitos, impondo uma harmonia postiça, é importante que se instale a atitude problematizadora. O que é preciso considerar, sempre, é que não existem normas acabadas, regras definitivamente consagradas. A moral sofre transformações, principalmente quando submetida à reflexão realizada pela ética.

A distinção que se faz contemporaneamente entre ética e moral tem a intenção de salientar o caráter crítico da reflexão, que permite um distanciamento da ação, para analisá-la constantemente e reformulá-la, sempre que necessário. Por ser reflexiva, a ética tem, sem dúvida, um caráter teórico. Isso não significa, entretanto, que seja abstrata, ou metafísica, descolada das ações concretas. Não se realiza o gesto da reflexão por mera vontade de fazer um “exercício de crítica”. A crítica é provocada, estimulada, por problemas, questões-limites que se enfrentam no cotidiano das práticas. A reflexão ética só tem possibilidade de se realizar exatamente porque se encontra estreitamente articulada a essas ações, nos diversos contextos sociais. É nessa medida que se pode afirmar que a prática cotidiana transita continuamente no terreno da moral, tendo seu caminho iluminado pelo recurso à ética.

Nas sociedades de todos os tempos, a educação, mesmo com um caráter informal, tem tido o papel de socialização – conservação e transformação – da cultura, do conhecimento e dos valores. Tem, portanto, como todas as instâncias da vida social, uma dimensão moral. Ao se apresentar a ética na escola como um componente curricular transversal, há, sem dúvida, uma intenção de se realizar uma educação moral, na perspectiva do desenvolvimento da capacidade de autonomia das crianças e jovens com quem se trabalha.

A moral já se encontra instalada na prática educativa que se desenvolve nas escolas: o cotidiano escolar está encharcado de valores que se traduzem em princípios, regras, ordens, proibições. O que se quer é que a ética aí encontre espaço, a fim de que se reflita sobre esses princípios (em que se fundamentam?), essas regras (qual a sua finalidade?), essas ordens (a que interesses atendem?), essas proibições (que resultado pretendem?), para que se instalem ações/relações efetivamente democráticas. A ética é um eterno pensar, refletir, construir. E, na escola, sua presença deve contribuir para que os alunos possam

tomar parte nessa construção, serem livres e autônomos para pensar e julgar, para problematizar constantemente o viver pessoal e coletivo, fazendo o exercício da cidadania.

Ética e cidadania: os princípios fundamentais da vida democrática

O CARÁTER POLÍTICO DA PARTICIPAÇÃO DOS INDIVÍDUOS NA SOCIEDADE

O caráter social da vida dos seres humanos é um processo, uma construção, da qual participa cada indivíduo na relação com os outros. As relações entre as pessoas são mediadas pelas instituições em que elas convivem, pelas classes e categorias a que pertencem e pelos interesses e poderes que nelas circulam. É por essa razão que, mais do que se falar numa natureza humana, como um universal abstrato, vale referir-se à condição humana, forma concreta de existência dos seres humanos na cultura e na história. As vivências particulares cruzam-se na construção coletiva das sociedades e culturas, e umas e outras ganham sua configuração específica em função das condições particulares dos seres humanos e dos ambientes — físico-biológicos e histórico-econômico-políticos — nos quais estes vivem.

A cidadania é também uma condição construída historicamente. Compreensões diversas do conceito de cidadania são encontradas em contextos e situações diferentes. Seu sentido mais pleno aponta para a possibilidade de participação efetiva na produção e usufruto de valores e bens de um determinado contexto, na configuração que se dá a esse contexto, e para o reconhecimento do direito de falar e ser ouvido pelos outros.

A vida política é forma da existência humana em comum e diz respeito tanto às vivências de caráter privado, na instância da intimidade dos indivíduos ou dos grupos, quanto ao poder de participação na esfera pública. Ser cidadão é participar de uma sociedade, tendo direito a ter direitos, bem como construir novos direitos e rever os já existentes. Participar é ser parte e fazer parte — com seu fazer, sua interferência criativa na construção da sociedade, os indivíduos configuram seu ser, sua especificidade, sua marca humana. Admitir e defender direitos humanos significa reconhecer não apenas esta ou aquela propriedade de alguns sujeitos, mas que o direito de ser humano é um estatuto que todas as pessoas têm o dever moral de, consciente e voluntariamente, conceder-se umas às outras.

A dimensão moral das ações humanas guarda uma perspectiva de intencionalidade. Ao agir no mundo, construindo sua vida, na relação com os outros, o ser humano o faz com vistas à sua realização. Essa realização não tem o significado de cumprimento de algo já

estabelecido de antemão, de uma natureza previamente dada, ou de um destino. Apresenta-se, sim, como a perspectiva de concretizar algo definido como bem, que vai ao encontro de necessidades e desejos das pessoas de uma determinada cultura, e tem, sempre, um caráter histórico.

Um dos nomes do bem, como finalidade da vida humana, é felicidade, aqui entendida como concretização de vida humana, que tem sempre um caráter coletivo. Isso não quer dizer que não possa ou não deva haver a experiência particular de felicidade. Entretanto, o que se demanda numa sociedade, na perspectiva de sua dimensão política, é que se compartilhem as condições de felicidade.

O bem comum é bem coletivo, bem público. O público é “o pertencente ou destinado à coletividade, o que é de uso de todos, aberto a quaisquer pessoas”¹. É, então, “o campo da democracia”, como espaço de realização de direitos civis — liberdade de ir e vir, de pensamento e fé, de propriedade; direitos sociais —, de bem-estar econômico, de segurança; e de direitos políticos — de participação no exercício do poder — de todos os homens e mulheres. Ao entender o poder como possibilidade de atuação, de interferência e determinação de rumos na sociedade, verifica-se que, para haver uma sociedade realmente democrática, o exercício do poder deve se dar numa perspectiva de pluralidade.

Essa perspectiva de pluralidade está intimamente articulada à de alteridade, de consideração e valorização da presença do outro como constituinte da identidade de cada indivíduo. Cada pessoa é, sem dúvida, singular, distinta de todas as outras. Tal singularidade, entretanto, se constitui na relação, no contexto material e simbólico da vida coletiva. Quando se ignora o outro, quando se age como se ele não existisse, deturpa-se esse sentido de singularidade, fazendo com que se instale o individualismo.

Cidadania é liberdade em companhia. A liberdade que se experimenta socialmente não significa apenas ausência de constrangimentos, mas principalmente possibilidade de empreender uma ação, um gesto que tem, na relação com os outros em sociedade, um caráter político. A experiência da liberdade se dá num contexto social, coletivo e, portanto, ninguém é livre sozinho. Isso significa que, para garantir a existência da liberdade, os indivíduos devem ser capazes de formular opções que levem em consideração sua satisfação, tendo consciência da importância de contemplar simultaneamente necessidades e desejos dos que estão à sua volta — este é um diferencial na noção de liberdade. A liberdade é compartilhada e, portanto, o é também a responsabilidade: co-responsabilidade, partilha de deveres e poderes, que pressupõe a criação de um espaço de superação do individualismo e de possibilidade de definição de regras e normas de comportamento com a participação de todos e levando-se em conta a felicidade de todos².

¹ FERREIRA, A. B. H., 1986.

² Assim como não há moral individual, não há bem senão na relação com os outros. Compreende-se, então, que, do ponto de vista da ética, é impossível ser feliz sozinho.

Pode-se compreender, assim, a estreita relação entre ética e política. É como cidadãos que as pessoas fazem suas escolhas, tomam partido diante das opções apresentadas socialmente. A reflexão crítica sobre os fundamentos e princípios democráticos de exercício do poder favorece a ampliação da participação política e a afirmação da dignidade humana.

DIGNIDADE DA VIDA HUMANA

A vida humana ganha sua riqueza se é construída e experimentada tomando como referência o princípio da dignidade. Segundo esse princípio, toda e qualquer pessoa é digna e merecedora do respeito de seus semelhantes, e tem direito a boas condições de vida e a oportunidades de realizar seus projetos. Características particulares — sexo, idade, etnia, religião, classe social, grau de instrução, necessidades ou talentos especiais, opção política e ideológica etc. — não aumentam nem diminuem a dignidade de uma pessoa.

A sociedade é composta de pessoas diferentes entre si, não somente em função de suas personalidades singulares, como também relativamente a categorias ou grupos. A diversidade tem como implicação uma multiplicidade de comportamentos e relações, o que guarda a possibilidade de enriquecimento das pessoas envolvidas.

Entretanto, a par da riqueza decorrente da diversidade existem preconceitos e discriminações, o que resulta freqüentemente em conflitos e violência. Assumindo a atitude preconceituosa, alguns acham que determinadas pessoas não merecem consideração, seja porque são mulheres, porque são negras, porque são pobres, doentes, portadores de necessidades especiais etc.

Do ponto de vista da ética, o preconceito pode traduzir-se de várias formas. A mais freqüente é o não reconhecimento da universalidade de alguns princípios morais universais. Por exemplo, alguém pode considerar que deve respeitar as pessoas que pertencem a seu grupo, ser honesto com elas, não enganá-las, não violentá-las etc., mas não ver o mesmo respeito como necessário em relação às pessoas de outros grupos. Mais ainda: mentir para membros de seu grupo pode ser considerado desonroso, mas enganar os “estranhos”, pelo contrário, pode ser visto como um ato merecedor de admiração. Outra tradução dos preconceitos é a intolerância: não se aceita a diferença e tenta-se, de toda forma, censurá-la, silenciá-la. Finalmente, é preciso pensar na indiferença: o outro, por não ser do mesmo grupo, é ignorado e não merecedor da mínima atenção.

A atitude de preconceito está na direção oposta do que se requer para a existência de uma sociedade democrática, pluralista por definição. Para que o conceito de cidadania, como participação criativa na construção da cultura e da história, possa ganhar efetivamente seu sentido, as relações entre os indivíduos devem estar sustentadas por atitudes de respeito mútuo, diálogo, solidariedade e justiça.

A SOCIEDADE BRASILEIRA HOJE: DESAFIOS À REFLEXÃO ÉTICA

Se a escola deve ter como tarefa a formação da cidadania e se esta ganha seu sentido pleno num contexto democrático, é fundamental verificar que situação existe hoje no Brasil. As leis que regem as ações do povo brasileiro apontam efetivamente na direção da cidadania? Mais ainda, que atitude têm os indivíduos diante delas? A educação que se oferece nas escolas capacita de fato os indivíduos para atuar crítica e construtivamente?

Em busca de resposta, é imperativa a remissão à referência nacional brasileira: a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, na qual se encontram os princípios éticos que devem reger a sociedade brasileira.

São diversos os trechos da Constituição que remetem a questões morais. Seu primeiro artigo, por exemplo, traz como fundamentos da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político, entre outros. A idéia segundo a qual todo ser humano, sem distinção, merece tratamento digno, corresponde a um valor moral. Segundo esse valor, a pergunta de como agir perante os outros recebe uma resposta precisa: agir sempre de modo a respeitar a dignidade, sem humilhações ou discriminações. O pluralismo político também pressupõe um valor moral: os homens têm direito de ter suas opiniões, de expressá-las, de organizar-se em torno delas. Não se deve, portanto, obrigá-los a silenciar ou a esconder seus pontos de vista; vale dizer, são livres.

No artigo 3º, lê-se que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, entre outros: “construir uma sociedade livre, justa e solidária”; “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”; “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Não é difícil identificar valores morais em tais objetivos, que falam em justiça, igualdade, solidariedade. No artigo 5º, vê-se que é um princípio constitucional o repúdio ao racismo, que limita ações e discursos.

- No título II, artigo 5º, mais itens esclarecem as bases morais escolhidas pela sociedade brasileira: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”; “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”; “é inviolável a liberdade de consciência e de crença”; “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas”.

A partir dessa análise, dois pontos devem ser enfatizados.

O primeiro refere-se ao que se poderia chamar de núcleo moral de uma sociedade, ou seja, valores eleitos como necessários ao convívio entre os membros dessa sociedade.

Trata-se de um consenso mínimo, de um conjunto central de valores, indispensável à organização das sociedades: sem esse conjunto central, corre-se o risco de se cair numa total relativização das regras e não ser possível a convivência democrática, a construção e o fortalecimento do país. Verifica-se, por exemplo, que, de acordo com as leis, na sociedade brasileira, não é permitido agir de forma preconceituosa, presumindo a inferioridade de alguns (em razão de etnia, sexo ou cor), sustentar e promover a desigualdade, humilhar etc.

O recurso à letra da lei verifica que se encontram contempladas as questões fundamentais que dizem respeito à perspectiva de realização da cidadania em relação a uma formulação em princípios gerais. Porém, o próprio conjunto da legislação brasileira ainda guarda contradições com os princípios expressos na Constituição. Questões que dizem respeito à inadequação de algumas leis vigentes em relação à igualdade de direitos entre homens e mulheres, ao respaldo legal a algumas formas de associação civil e à necessidade de reforma de alguns códigos e conjuntos de leis são alguns exemplos de contradições vistos quase que diariamente.

A necessidade de ajustes do conjunto de leis aos princípios expressos na Constituição brasileira é apenas um dentre os vários exemplos de conflito de valores e regras que podem ser observados e ressalta que a democratização de uma sociedade é um processo, uma construção na qual se colocam impasses, incoerências e possibilidades de superação. Isso remete ao segundo ponto que deve ser enfatizado, o do caráter democrático da sociedade brasileira.

A democracia é um regime político e também um modo de sociabilidade que permite a expressão das diferenças, a expressão de conflitos, em uma palavra, a pluralidade. Portanto, no desdobramento do que se chama de conjunto central de valores, devem valer a liberdade, a tolerância, a sabedoria de conviver com o diferente, com a diversidade, tanto do ponto de vista de valores quanto de costumes, crenças religiosas, expressões artísticas, capacidades e limitações etc. Tal valorização da liberdade não está em contradição com a presença de um conjunto central de valores. Ao contrário, o conjunto garante, justamente, a possibilidade da liberdade humana, coloca-lhe fronteiras precisas para que todos possam usufruir dela, para que todos possam preservá-la.

Não é isso o que se tem percebido no conjunto da sociedade brasileira, pois sua trajetória histórica não criou uma tradição democrática, de práticas sociais efetivamente pautadas nesse princípio. Distribuição injusta de renda, desigualdade no acesso aos bens materiais e culturais, relações autoritárias e até mesmo violentas, salpicadas por breves momentos de democratização, têm marcado a sociedade brasileira e produziram formas específicas de relacionamento entre os indivíduos, com as instituições e com as leis.

Assim, muitos têm se questionado se vivem de fato em uma sociedade democrática. Os valores expressos na Constituição afirmam que sim. As práticas cotidianas concretas, recheadas de discriminações, preconceitos, violências, desconsiderações, parecem afirmar

que não. É argumento corrente que essa contradição não é um problema apenas brasileiro, mas que se pode observar em quase todos os países. Porém cabe a reflexão sobre a especificidade da sociedade brasileira.

É de extrema importância que os princípios gerais que regem este país já estejam formulados atualmente na direção da democracia, mas ao observar as atitudes e relações que se desenvolvem nas diversas instâncias da sociedade, pode-se perceber o fosso que separa a legislação e o comportamento dos indivíduos, qualquer que seja sua classe social, sua categoria profissional ou sua localização geográfica. Se a lei maior brasileira preconiza a inclusão e a equalização de direitos, as práticas sociais, políticas e econômicas ainda produzem exclusão e desigualdades, seja por meio da estrutura socioeconômica e pelo modelo de desenvolvimento, seja pelos valores, concepções e preconceitos produzidos e reproduzidos na cultura³.

Percebe-se uma mentalidade de “salve-se quem puder”, um esforço em “levar vantagem”, como sinônimo de “passar sobre os outros” para conseguir seus objetivos. Zomba-se da lei, na medida em que esta parece perder sua essência, quando é desprezada ou interpretada de maneira equivocada, favorecendo interesses escusos e colocada, paradoxalmente, a serviço dos privilégios e da discriminação. A atitude discutível daqueles que deveriam fazer valer os preceitos e zelar por sua concretização no contexto social revela, com frequência, o cinismo, a indiferença diante dos valores.

Em decorrência do cinismo e da indiferença diante da lei, instala-se um “relativismo moral”, entendido como “cada um é livre para eleger todos os valores que quer”. Tal atitude provoca uma desintegração nas relações de convivência. Mais ainda, desemboca numa desesperança, numa negação da utopia. E sem esperança, sem uma visão utópica, que acredita que a sociedade do futuro está no presente, perde-se o sentido da construção conjunta da democracia. A esperança transita num espaço em que se coloca aos homens o desafio de construir o possível, criando uma sociedade na qual a questão da moralidade deve ser uma questão de todos e de cada um.

É este o desafio maior que se apresenta à sociedade, mais particularmente, à escola, espaço de socialização e criação de conhecimentos e valores. Trabalhar com crianças e adolescentes de maneira responsável e comprometida, do ponto de vista ético, significa proporcionar as aprendizagens de conteúdos e desenvolvimento de capacidades para que possam intervir e transformar a comunidade de que fazem parte, fazendo valer o princípio da dignidade e criando espaços de possibilidade para a construção de projetos de felicidade.

³ Para maior clareza do assunto, ver documentos de Apresentação dos Temas Transversais, Trabalho e Consumo, Pluralidade Cultural.

A ÉTICA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

As pessoas não nascem boas ou más: é a sociedade, quer queira, quer não, que educa moralmente seus membros: a família, os meios de comunicação, o convívio com outras pessoas têm influência marcante no comportamento de crianças, jovens e adolescentes. E, sem dúvida, a escola também tem. É preciso deixar claro que ela não deve ser considerada onipotente, única instituição social capaz de educar moralmente as novas gerações. Também não se pode pensar que a escola garanta total sucesso em seu trabalho de formação. Na verdade, seu poder é limitado. Todavia, tal diagnóstico não justifica uma deserção. Mesmo com limitações, a escola participa da formação moral de seus alunos. Valores e regras são transmitidos pelos professores, pelos livros didáticos, pela organização institucional, pela forma de avaliação, pelos comportamentos dos próprios alunos. Assim, em vez de deixá-las ocultas, é melhor que tais questões recebam tratamento explícito, que sejam assuntos de reflexão da escola como um todo, e não apenas de cada professor. Daí a proposta da presença da Ética na organização curricular.

Trazer a ética para o espaço escolar significa enfrentar o desafio de instalar, no processo de ensino e aprendizagem que se realiza em cada uma das áreas de conhecimento, uma constante atitude crítica, de reconhecimento dos limites e possibilidades dos sujeitos e das circunstâncias, de problematização das ações e relações e dos valores e regras que os norteiam. Configura-se, assim, a proposta de realização de uma educação moral que proporcione às crianças e adolescentes condições para o desenvolvimento de sua autonomia, entendida como capacidade de posicionar-se diante da realidade, fazendo escolhas, estabelecendo critérios, participando da gestão de ações coletivas. O desenvolvimento da autonomia é um objetivo de todas as áreas e temas transversais e, para alcançá-lo, é preciso que elas se articulem. A mediação representada pela Ética estimula e favorece essa articulação.

A formação moral e o contexto escolar

Todas as sociedades buscam desenvolver meios de preservar suas formas constituídas de viver coletivamente, criando mecanismos de transmissão de conhecimentos acumulados e de valores aos seus membros mais jovens. Entretanto, essa transmissão não se caracteriza pela mera reprodução de valores e conhecimentos. Ela se dá, na verdade, na articulação contraditória de permanência e mudança, manutenção e inovação. As diversas instituições sociais são responsáveis por esse processo de formação e sua dimensão moral. A instituição escolar, que tem como tarefa específica a socialização do conhecimento, tem sido alvo de discussões sobre a pertinência ou necessidade de incumbir-se também da formação moral de seus membros. Na história educacional brasileira, essa questão manifestou-se de diferentes maneiras em diferentes épocas.

Em 1826, o primeiro projeto de ensino público apresentado à Câmara dos Deputados previa que o aluno deveria ter “conhecimentos morais, cívicos e econômicos”. Não se tratava de conteúdos, pois não havia ainda um currículo nacional com elenco de matérias. Quando tal elenco foi criado, em 1909, a educação moral não apareceu como conteúdo, mas havia essa preocupação quando se tratou das finalidades do ensino. Em 1942, a Lei Orgânica do Ensino Secundário falava em “formação da personalidade integral do adolescente”, e em acentuação e elevação da “formação espiritual, consciência patriótica e consciência humanista” do aluno. Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Nacional colocava entre suas normas a “formação moral e cívica do aluno”. Em 1971, por meio da Lei nº 5.692/71, instituiu-se a Educação Moral e Cívica como área da educação escolar no Brasil.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20/12/96), em seu título II, artigo 2º, afirma que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Verifica-se, portanto, uma preocupação com a dimensão moral da educação e uma intenção de contemplá-la nas propostas que se apresentam à sociedade. Como instituição especificamente destinada à educação, a escola deve empenhar-se na formação moral de seus alunos, embora não seja a única instituição social que participa dessa formação. Assim, coloca-se em discussão o caráter de sua participação.

POSSIBILIDADES E LIMITES DA ESCOLA NA FORMAÇÃO MORAL

Logo ao nascer, o ser humano se relaciona com regras e valores da sociedade em que está inserido. No interior do grupo familiar, há sempre uma ou mais pessoas que se responsabilizam pela sobrevivência e pela formação do novo membro. A família é, então, o primeiro espaço de convivência da criança. Mas não o único.

Ao lado da família, outras instituições sociais veiculam valores e desempenham um papel na formação moral e no desenvolvimento de atitudes. A presença constante dos meios de comunicação de massa (televisão, rádio, jornais, revistas, propagandas dos mais variados tipos etc.) nos espaços públicos e privados, conferem a eles um grande poder de influência e de veiculação de valores, de modelos de comportamento. A inserção em alguma religião contribui da mesma forma. As várias instituições sociais, motivadas por interesses diversos, de formação moral ou não, concorrem quando buscam desenvolver atitudes que expressam valores. Os indivíduos transitam por algumas dessas instituições durante toda a sua vida; em outras, por períodos determinados; e em outras, ainda, nunca transitarão.

O fato é que, inevitavelmente, os indivíduos se constituem como tais convivendo simultaneamente com sistemas de valores que podem ser convergentes, complementares ou conflitantes, dentro do tecido complexo que é o social.

As influências que as instituições e os meios sociais exercem são fortes, mas não assumem o caráter de uma predeterminação. A constituição de identidades, a construção da singularidade de cada um, se dá na história pessoal, na relação com determinados meios sociais; configura-se como uma interação entre as pressões sociais e os desejos, necessidades e possibilidades afetivo-cognitivas do sujeito vivida nos contextos socioeconômicos, culturais e políticos.

Os diversos valores, normas, modelos de comportamento que o indivíduo compartilha nos diferentes meios sociais a que está integrado ou exposto colocam-se em jogo nas relações cotidianas. A percepção de que determinadas atitudes são contraditórias entre si ou em relação a valores ou princípios expressos pelo próprio sujeito não é simples e nem óbvia. Requer uma elaboração, implicando reconhecer os limites para a coexistência de determinados valores e identificar os conflitos e a incompatibilidade entre outros.

A forma de operar com a diversidade de valores por vezes conflitantes também é dada culturalmente, ainda que do ponto de vista do sujeito dependa também do desenvolvimento biopsicológico. Os preconceitos, discriminações, o negar-se a dialogar com sistemas de valores diferentes daqueles do seu meio social, o agir de forma violenta com aqueles que possuam valores diferentes, são aprendidos.

A escola, como uma instituição pela qual espera-se que passem todos os membros da sociedade, coloca-se na posição de ser mais um meio social na vida desses indivíduos. Também ela veicula valores que podem convergir ou conflitar com os que circulam nos outros meios sociais que os indivíduos freqüentam ou a que são expostos. Deve, portanto, assumir explicitamente o compromisso de educar os seus alunos dentro dos princípios democráticos.

Se entendida como apenas mais um meio social que veicula valores na vida das pessoas que por ela passam, a escola encontra seu limite na legitimidade que cada um dos indivíduos e a própria sociedade conferir a ela. Se entendida como espaço de práticas sociais em que os alunos não apenas entram em contato com valores determinados, mas também aprendem a estabelecer hierarquia entre valores, ampliam sua capacidade de julgamento e a consciência de como realizam escolhas, ampliam-se as possibilidades de atuação da escola na formação moral, já que se ocupa de uma formação ética, para formação de uma consciência moral reflexiva cada vez mais autônoma, mais capaz de posicionar-se e atuar em situações de conflito.

EXPERIÊNCIAS ESCOLARES DE EDUCAÇÃO MORAL

Para situar a presente proposta curricular, é preciso começar por comentar algumas experiências — aqui classificadas por tendências — de formação moral que já foram tentadas, no Brasil e no exterior, buscando-se nelas os elementos positivos e as limitações, de forma a tornar possível uma discussão mais abrangente sobre quais elementos devem ser considerados na formação moral e quais as possibilidades didáticas de tratamento dessas questões na escola.

• **Tendência filosófica**

Essa tendência manifesta-se na apresentação dos vários sistemas éticos produzidos historicamente pela Filosofia (as idéias dos antigos filósofos gregos, por exemplo, ou aquelas do século XVIII, dito da Ilustração). Não se procura fazer uma discussão sobre o que é o Bem e o que é o Mal, mas promover o conhecimento das várias opções de pensamento ético, para que os alunos os conheçam e reflitam sobre eles. E, se for o caso, que escolham o seu.

• **Tendência cognitivista**

De maneira semelhante à tendência filosófica, esta tendência dá importância ao raciocínio e à reflexão sobre questões morais, e não à apresentação de um elenco de valores a serem “aprendidos” pelos alunos. Difere, entretanto, com relação ao conteúdo. Enquanto na primeira os alunos são convidados a pensar sobre os escritos de grandes autores dedicados ao tema, na segunda apresentam-se dilemas morais a serem discutidos em grupo. Um exemplo, já comentado anteriormente: pede-se aos alunos que discutam sobre a correção moral do gesto de um marido que, por não ter dinheiro suficiente, rouba um remédio para salvar a mulher, que sofre de câncer, pois o farmacêutico, além de cobrar um preço muito alto, não quer de forma alguma facilitar as formas de pagamento. Verifica-se que tal dilema opõe dois valores: o respeito à lei ou à propriedade privada e à vida. A ênfase do trabalho é dada na demonstração do porquê uma ou outra opção é boa, e não na opção em si. Alguém poderá dizer que não se deve roubar porque senão vai para a cadeia; outro poderá argumentar que as leis devem sempre ser seguidas, independentemente de haver ou não sanções. No primeiro caso, trata-se de medo da punição; no segundo, de um espírito “legalista”. Ainda que a opção final seja a mesma — não roubar —, o raciocínio é totalmente diferente. E é justamente esse raciocínio que a tendência cognitivista quer trabalhar e desenvolver, do ponto de vista metodológico.

A virtude das tendências filosófica e cognitivista é sublinhar o papel decisivo da racionalidade. Seu defeito é justamente limitar-se ao objeto eleito. Conhecer a filosofia é edificante, raciocinar sobre dilemas é atividade inteligente. Mas não é suficiente para tornar desejáveis as regras aprendidas e pensadas. Nem sempre excelentes argumentos racionais fazem vibrar a corda da sensibilidade afetiva.

- **Tendência afetivista**

Trata-se de procurar fazer os alunos encontrarem seu equilíbrio pessoal e suas possibilidades de crescimento intelectual por meio de técnicas psicológicas. Procura-se fazer com que cada um tome consciência de suas orientações afetivas concretas, na esperança de que, de bem consigo mesmo, possam conviver de forma harmoniosa com seus semelhantes. Ao invés de se discutirem dilemas abstratos, como na proposta cognitivista, apreciam-se questões concretas acontecidas na vida dos alunos e procura-se pensar sobre as reações afetivas de cada um nas situações relatadas.

O objetivo é sensibilizar de alguma forma para as questões morais. A tendência afetivista faz isso e acerta ao levar em conta os sentimentos dos alunos, uma vez que as regras devem ser desejáveis para serem legitimadas, e isso leva ao campo afetivo. Porém, tal tendência apresenta três problemas. Um deles é, ao priorizar o trabalho com a afetividade, corre-se o risco de chegar a uma moral relativista: cada um tem seus próprios valores. Esse individualismo é incompatível com a vida em sociedade. Deve-se, é evidente, respeitar as diversas individualidades, mas, em contrapartida, cada individualidade deve conviver com outras; portanto, devem haver regras comuns. O segundo problema diz respeito ao trabalho de sensibilização em si: é essencialmente trabalho — delicado — de psicólogo; pede formação específica que não é a do educador em geral. Terceiro problema: pode levar a invasões da intimidade, os alunos sendo levados a falar de si em público, sem as devidas garantias de sigilo.

- **Tendência moralista**

A grande diferença entre esta tendência e as anteriores é que ela tem um objetivo claramente normatizador: ensinar valores e levar os alunos a atitudes consideradas corretas de antemão. Enquanto as propostas anteriores de certa forma esperam que os alunos cheguem a legitimar valores não claramente colocados pelos educadores, a tendência moralista evidencia tais valores e os impõe. Trata-se, portanto, de uma espécie de doutrinação. No Brasil, a proposta de Educação Moral e Cívica seguiu esse modelo.

A tendência moralista tem a vantagem de ser explícita: os alunos ficam sabendo muito bem quais valores os educadores querem que sejam legitimados. Sabem o que se espera deles. Porém, dois graves problemas aparecem. Um de nível ético: o espírito doutrinador dessa forma de se trabalhar. A autonomia dos alunos e suas possibilidades de pensar ficam descartadas, pois a moralidade tende a ser apresentada como conjunto de regras acabadas. Trata-se de um método autoritário, fato que, aliás, explica as referências negativas que se fazem às antigas aulas de Moral e Cívica, e que, por bastante tempo, desencorajou a educação moral nas escolas. Outro grave problema, consequência desse autoritarismo, é de nível pedagógico: o método não surte efeito, pois ouvir discursos, por mais belos que sejam, não basta para se convencer de que são válidos. A reflexão e a experiência são essenciais. O que acaba acontecendo freqüentemente com os métodos moralistas é que afastam os alunos dos valores a serem aprendidos. As aulas tornam-se

maçantes, não sensibilizam os alunos, não os convencem e podem desenvolver uma espécie de aversão pelos valores morais. O verbalismo desse método não dá resultado, assim como não dá resultado em disciplina alguma: os alunos ouvem, repetem e esquecem. O único aspecto desse método a ser resguardado é a explicitação dos valores. O educador não deve “fazer de conta” que não tem valores, escondê-los. Deve torná-los claros, transparentes. Mas, para isso, não é necessário elaborar belos discursos.

- **Tendência democrática**

Uma última tendência a ser destacada é a da escola democrática, que, contrariamente às anteriores, não pressupõe espaço de aula reservado aos temas morais. Trata-se de democratizar as relações entre os membros da escola, cada um podendo participar da elaboração das regras, das discussões e das tomadas de decisão a respeito de problemas concretamente ocorridos na instituição.

A virtude da escola democrática está em focalizar a qualidade das relações entre os agentes da instituição. De fato, as relações sociais efetivamente vividas, experienciadas, são os melhores e mais poderosos “mestres” em questão de moralidade. Para que servem, por exemplo, belos discursos sobre o Bem, se as relações internas à escola são desrespeitosas? De que adianta raciocinar sobre a paz, se as relações vividas são violentas? Assim, o cuidado com a qualidade das relações interpessoais na escola é fundamental. Pesquisas psicológicas levam a essa conclusão. E mais ainda: relações de cooperação, de diálogo, levam à autonomia, ou seja, à capacidade de pensar, sem a coerção de alguma “autoridade” inquestionável. Relações de cooperação são relações entre iguais, baseadas e reforçadoras do respeito mútuo, condição necessária ao convívio democrático. A democracia é um modo de convivência humana e os alunos devem encontrar na escola a possibilidade de vivenciá-la. Daí a importância de se promoverem, no seu interior, experiências de cooperação.

O recurso à história é importante para o conhecimento das propostas que têm sido desenvolvidas, mas não é suficiente para justificar a necessidade da formação moral na escola. Esta se impõe em função da própria finalidade da instituição escolar. Acrescente-se ainda que, se os valores morais que subjazem aos ideais da Constituição brasileira não forem intimamente legitimados — conhecidos, plenamente aceitos e considerados válidos e necessários — pelos indivíduos que compõem este país, será seriamente prejudicado, para não dizer impossível, o próprio exercício da cidadania. É tarefa de toda sociedade fazer com que esses valores vivam e se desenvolvam. E, portanto, também tarefa fundamental da escola. Se os educadores não ficarem atentos a esse fato, se não tiverem clareza das implicações dessas questões no cotidiano, como intervir buscando legitimar regras de convívio que auxiliem a construção de uma sociedade mais justa?

O desafio dos professores é tomar posse de conhecimentos que possam ajudar a encaminhar, articuladas ao trabalho nas diferentes áreas de conhecimento, reflexões sobre os princípios que fundamentam os valores, objetivando a construção da cidadania no espaço escolar.

O conhecimento requerido para a realização do trabalho didático na perspectiva da ética não se esgota na compreensão dos princípios éticos fundamentais ou das doutrinas morais, discutidos no âmbito da filosofia. É importante também o recurso às ciências do comportamento, que, ao explicar o desenvolvimento da moralidade na criança e no adolescente, permitem verificar como se dá o processo de legitimação de valores e regras morais, na articulação de uma vivência pessoal e singular com a experiência mais ampla da socialização.

LEGITIMAÇÃO DE VALORES

Diz-se que uma pessoa possui um valor e legitima as normas dele decorrentes quando, sem controle externo, pauta sua conduta por elas, segue-as independentemente de ser observada, ou seja, está intimamente convicta de que essa regra representa um bem moral. Por exemplo, alguém que não rouba por medo de ser preso não legitima a norma “não roubar”, apenas a segue por medo do castigo. Na certeza da impunidade, não a seguirá.

Mas o que leva alguém a pautar suas condutas segundo certas regras? Como alguns valores tornam-se traduções de um ideal de Bem, gerando deveres?

Na verdade, falta consenso entre os especialistas a respeito do modo pelo qual um indivíduo chega a legitimar determinadas regras e conduzir-se coerentemente com elas. Para uns, trata-se da força do costume: o hábito de se comportar de determinada maneira leva os indivíduos a considerar certa essa conduta. Para outros, a equação deveria ser invertida: determinadas condutas são consideradas boas, portanto, devem ser praticadas. Para outros ainda, processos inconscientes, portanto, ignorados pelo próprio sujeito, e, em geral, constituídos durante a infância, seriam os determinantes da conduta moral. E há outras teorias mais.

O que se deve considerar para além da diversidade de teorias ou interpretações é que na legitimação de valores estão estreitamente articuladas uma perspectiva social e uma perspectiva individual, singular. De um lado, verifica-se que a formação moral se dá processualmente, no contexto de socialização dos indivíduos. De outro, constata-se que, inter-relacionadas, encontram-se presentes duas dimensões fundamentais do desenvolvimento individual: a afetividade e a racionalidade.

- **Afetividade**

Toda regra moral legitimada aparece sob forma de obrigação, de imperativo: deve-se fazer tal coisa, não se deve fazer tal outra. Como essa obrigatoriedade pode se instalar na consciência? Ora, é preciso que os conteúdos desses imperativos toquem, em alguma medida, a sensibilidade da pessoa; vale dizer, que apareçam como desejáveis. Portanto, para que um indivíduo se incline a legitimar determinado conjunto de regras, é necessário

que o veja como traduzindo algo de bom para si, como dizendo respeito ao seu bem-estar psicológico, ao que se poderia chamar de seu “projeto de felicidade”⁴. Se vir nas regras aspectos contraditórios ou estranhos ao seu bem-estar psicológico pessoal e ao seu projeto de felicidade, esse indivíduo simplesmente não legitimará os valores subjacentes a elas e, por conseguinte, não legitimará as próprias regras.

Levando-se em consideração que os diferentes indivíduos possuem, potencialmente, diferentes traços de personalidade, diferentes desejos, como é possível despertar o sentimento de desejabilidade para determinadas regras e valores que, para serem morais, devem valer para todos?

Apesar de as noções de bem-estar e felicidade serem variadas há, no entanto, um desejo que parece valer para todos, possibilitar e estar presente nos diversos projetos de felicidade: o auto-respeito.

A idéia básica é bastante simples. Cada pessoa tem consciência da própria existência, tem consciência de si. Tal consciência traduz-se, entre outras coisas, por uma imagem de si, ou melhor, imagens de si — no plural, uma vez que cada um tem várias facetas e não se resume a uma só dimensão. As imagens que cada um tem de si estão intimamente associadas a valores e são vistas como positivas ou negativas. Vale dizer que é inevitável cada um procurar ter imagens boas de si, ou seja, ver-se revestido de valor positivo, pois cada um procura se respeitar como pessoa que merece apreciação. É por essa razão que o auto-respeito, por ser um bem essencial, aparece como parte integrante dos projetos de bem-estar psicológico e dos projetos de felicidade. Ninguém se sente feliz se não merecer a mínima admiração, o mínimo respeito aos próprios olhos.

A busca e a construção do auto-respeito aparecem como um desejo e uma necessidade individuais. Porém, a constituição de uma imagem de si só é possível na relação com outros, seja pelo reconhecimento da alteridade e da percepção da singularidade presente em cada ser humano — que ajuda a distinguir quais são as particularidades que definem o “eu” e o “outro” e o que identifica a todos como seres humanos —, seja pelo uso de um referencial, de ideais constituídos socialmente. Esses aspectos são complementares e essenciais e trazem decorrências para a discussão sobre a educação moral.

Seja qual for o projeto de vida escolhido por uma pessoa, do mais modesto ao mais ousado, o mínimo êxito na sua execução é essencial ao auto-respeito. Raramente se está “de bem consigo mesmo” quando há fracassos repetidos. A vergonha decorrente do fracasso, assim como a frustração, pode levar à depressão ou à cólera. A realização do êxito depende, além do esforço pessoal, de condições presentes no contexto e nas relações com os outros. Assim, é sensato pensar que as regras que organizam a convivência social de forma justa, respeitosa e solidária têm grandes chances de serem seguidas. De fato, a justiça permite

⁴ Entende-se por “projeto de felicidade” um projeto de vida orientado pela busca da realização de um estado afetivo satisfatório, sentido como bom pela pessoa.

que as oportunidades sejam iguais para todos, sem privilégios de alguns em detrimento de outros. Se, nas suas relações com a sociedade, uma pessoa não encontrar a mínima possibilidade de êxito em seus projetos, certamente não conseguirá construir respeito e consideração por si mesmo, ou os construirá de certo modo à margem dessa sociedade na qual não se sentiu inserido. Em ambos os casos, dificilmente uma pessoa irá legitimar as regras sociais e os valores que as sustentam. Seja porque, ao não considerar a si mesmo, a possibilidade de consideração ao outro é muito pequena e passa-se a viver na indiferença; seja porque o indivíduo constrói uma imagem positiva de si com base em valores puramente individuais ou de um grupo restrito, sem levar em conta a sociedade.

Um segundo aspecto do processo de construção do auto-respeito refere-se ao papel do juízo alheio na imagem que cada um tem de si. Pode-se afirmar que a imagem e o respeito que uma pessoa tem de si mesma estão referenciados em parte nos juízos que os outros fazem dela. Algumas podem ser extremamente dependentes dos juízos alheios para julgar a si próprias; outras menos. Porém, ninguém é totalmente indiferente a esses juízos. São de extrema importância, pois alguém que nunca ouça a crítica alheia — positiva ou negativa — corre o risco de enganar-se sobre si mesmo. Há sempre uma dimensão moral nesses juízos: é o reconhecimento ou não do valor de qualquer pessoa, que não pode ser humilhada, violentada, espoliada etc. A humilhação — forma não rara de relação humana — pode levar a vítima a não legitimar qualquer outra pessoa como juiz e a agir sem consideração pelas pessoas em geral. É relevante considerar que a humilhação pode, também, levar a vítima a desenvolver um sentimento de inferioridade, passível de promover uma pseudo legitimação que se traduz em submissão, inquestionável, ao juízo alheio. As crianças, os adolescentes e os jovens freqüentemente utilizam esse mecanismo psicológico. Um deles, perguntado a respeito dos efeitos da humilhação, afirmou que um aluno submetido a um castigo humilhante teria mais chances de reincidir no erro, pois pensaria: “Já estou danado mesmo, posso fazer o que eu quiser”. Portanto, a possibilidade ou a forma de construção do respeito próprio depende também do fato de ser respeitado pelos outros.

Assim, a possibilidade de despertar um sentimento de desejabilidade pelas regras e valores morais nos diferentes projetos de felicidade está vinculada tanto ao desenvolvimento de uma imagem positiva de si por parte de cada indivíduo como à forma como tal desenvolvimento ocorre. Uma pessoa que sinta dificuldades em estabelecer um sentimento de pertinência e de inserção em relação à sociedade em que vive pode interiorizar essa exclusão e rejeição mediante uma imagem negativa de si, ou devolver essa rejeição excluindo a sociedade — com suas regras e valores — da construção de seu auto-respeito.

Um terceiro e último aspecto a ser ressaltado na formação do auto-respeito é a contradição, presente no Brasil e também em outras sociedades contemporâneas, entre os princípios anunciados e as ações efetivamente valorizadas na prática. Referenciadas em princípios democráticos, algumas práticas sociais são incoerentes com esses princípios e são valorizadas em diversas instâncias das sociedades. Um exemplo é a valorização da realização dos projetos de vida de forma puramente egoísta. A valorização do sucesso profissional, coroado com grandes benefícios financeiros, do *status* social elevado, da beleza física, da atenção da mídia etc., está baseada em princípios individualistas. Para uma minoria, podem ser

concretizados pela obtenção de privilégios (por exemplo, conhecer as pessoas certas que oferecem emprego ou acesso a instituições importantes), pela manipulação de outras pessoas (por exemplo, mentir e trapacear para passar na frente dos outros) e pela completa indiferença aos outros membros da sociedade. Diz-se que se trata de uma minoria, pois se trata daqueles que podem ter carro importado, imagem veiculada na televisão, acesso aos corredores do poder político etc. Mas o fato é que a valorização desse sucesso é traço marcante da sociedade atual e tende a fazer com que as pessoas o procurem mesmo que o preço a ser pago seja o de passar por cima dos outros, das formas mais desonestas e até mesmo violentas. Resultado prático: a pessoa perderá o respeito próprio se não for bem-sucedida nos seus planos pessoais, mas não se, por exemplo, mentir, roubar, desprezar o vizinho etc.

Portanto, para que as regras morais sejam efetivamente legitimadas é preciso que haja possibilidade de vivência de um sentimento de pertinência e inclusão, de experienciar situações em que a realização pessoal seja compartilhada com a realização de projetos coletivos; que a satisfação individual e a coletiva sejam interdependentes e mutuamente potencializadoras; que o auto-respeito dependa, além dos diversos êxitos na realização dos projetos de vida, do respeito pelos valores e regras morais. Assim, o respeito pelas regras morais precisa ser parte integrante da identidade pessoal, da imagem positiva de si, para que a pessoa aja conforme tais regras.

A partir dessas considerações, podem ser estabelecidas desde já duas decorrências centrais para a educação moral. São elas:

- a escola deve ser um lugar onde cada aluno encontre a possibilidade de se instrumentalizar para a realização de seus projetos; por isso, a qualidade do ensino é condição necessária à formação moral de seus alunos. Se não promove um ensino de boa qualidade, a escola condena seus alunos a sérias dificuldades futuras na vida e, em decorrência, a ver seus projetos de vida frustrados;
- a escola pode contrapor à satisfação individualista dos desejos a satisfação pessoal derivada da participação e da pertinência ao coletivo. Além do trabalho de ensino, o convívio na escola deve ser organizado de maneira que os conceitos de justiça, respeito e solidariedade sejam vivificados e compreendidos pelos alunos como aliados à perspectiva de uma “vida boa”. Assim, os alunos perceberão que esses valores e as regras decorrentes são coerentes com seus projetos de felicidade e poderão integrá-los às suas personalidades: se respeitá-los pelo fato de respeitá-los.

- **Racionalidade**

Se é verdade que não há legitimação das regras morais sem investimento afetivo, é

também verdade que tal legitimação não existe sem a racionalidade, sem o juízo e a reflexão sobre valores e regras.

A moral pressupõe a responsabilidade, e esta pressupõe a liberdade e o juízo. Somente há responsabilidade por atos se houver a liberdade de realizá-los ou não. Cabe, portanto, o pensamento, a reflexão, o julgamento para, então, realizar-se a ação. Agir segundo critérios e regras morais implica fazer uma escolha. E como escolher implica, por sua vez, adotar critérios, a racionalidade é condição necessária à vida moral.

A racionalidade e o juízo também comparecem no processo de legitimação das regras, pois dificilmente tais valores ou regras serão legítimos se parecerem contraditórios entre si ou ilógicos, se não sensibilizarem a inteligência. É por essa razão que a moral pode ser discutida, debatida, que argumentos podem ser empregados para justificar ou descartar certos valores. E, muitas vezes, é por falta dessa apreensão racional dos valores que alguns agem de forma impensada. Refletindo um pouco, teriam mudado de idéia e agido diferentemente. Após melhor juízo, arrependem-se do que fizeram. É preciso também sublinhar o fato de que pensar sobre a moralidade não é tarefa simples: são necessárias muita abstração, muita generalização e muita dedução. Por exemplo, poucas pessoas pensam de fato sobre o que é a mentira. A maioria limita-se a afirmar que ela corresponde a não dizer, intencionalmente, a verdade. Na realidade, mentir, no sentido ético, significa não dar uma informação a alguém que tenha o direito de obtê-la. Com esta definição, pode-se concluir que mentir por omissão não significa trair a verdade, mas não revelá-la a quem tem direito de sabê-la.

Portanto, pensar, apropriar-se dos valores morais com a máximo de racionalidade, é condição necessária tanto para a legitimação das regras e o emprego justo e ponderado delas como para a construção de novas regras.

Valorizar a presença da racionalidade na esfera moral significa ter a capacidade de dialogar, essencial à convivência democrática. De fato, para viver em democracia é necessário explicitar e, se possível, resolver conflitos por meio da palavra, da comunicação, do diálogo. Significa trocar argumentos, negociar. Ora, para que o diálogo seja profícuo, para que possa gerar resultados, a racionalidade é uma das condições necessárias. Os interlocutores precisam expressar-se com clareza — o que pressupõe a clareza de suas próprias convicções — e serem capazes de entender os diferentes pontos de vista. Estas capacidades são essencialmente racionais, dependem do pleno exercício da inteligência.

São, portanto, conseqüências centrais para a educação:

- a escola deve ser um lugar onde os valores morais são pensados, refletidos, e não meramente impostos ou frutos do hábito;
- a escola deve ser o lugar onde os alunos desenvolvam a arte do diálogo.

• **Desenvolvimento moral e socialização**

Durante muito tempo pensou-se que educação moral ocorresse pela associação entre discursos normatizadores, modelos edificantes a serem copiados, repressão, interdição e castigo. Essa perspectiva desconsiderou a legitimação de valores e normas, a constituição de atitudes por parte do indivíduo como uma construção, um desenvolvimento sujeito a mediações. Hoje, sabe-se que o desenvolvimento depende essencialmente de experiências de vida que o favoreçam e estimulem, e que a afetividade e a racionalidade estão intimamente relacionadas e se desenvolvem a partir das interações sociais, desde a infância e durante a vida toda.

A moral também se desenvolve. Durante o desenvolvimento moral, que se dá sempre num determinado contexto social, a afetividade e a racionalidade estão sempre presentes, apesar de uma ou outra ganhar mais relevância em determinados momentos.

Vários estudos buscaram compreender como os indivíduos apropriam-se dos valores e regras construídos socialmente, como constituem um juízo e uma consciência moral, estabelecendo etapas de desenvolvimento.

Independentemente da quantidade de etapas e suas características mais específicas, variável nos diversos estudos, elas apontam para um movimento que conduz de uma heteronomia relativa em direção a uma autonomia relativa. O termo “relativa” justifica-se pelo fato de que não se pode dizer que haja heteronomia ou autonomia absolutas, entendendo-se que cada indivíduo partilha de situações variadas e simultâneas, manifestando uma atitude mais autônoma em determinadas instâncias de sua vida social, ao mesmo tempo que revela atitudes mais heterônomas em outras. Portanto, o movimento heteronomia/autonomia não é linear e constrói-se na complexidade da inter-relação que envolve a maturação biológica, o desenvolvimento cognitivo-afetivo e a qualidade das relações que o indivíduo estabelece com outros. O desenvolvimento moral é, assim, um processo, que tem como elemento constituinte a contradição — simultaneidade de atitudes autônomas e heterônomas no comportamento — e que apresenta momentos em que predomina uma ou outra atitude.

A heteronomia predomina na primeira infância, fase em que a criança legitima as regras porque provêm de pessoas com prestígio e força: os pais (ou quem desempenha esse papel). Vale dizer que a criança não procura o valor intrínseco das regras: basta-lhe saber que quem as dita é uma pessoa “poderosa”. É nesse sentido que se fala de moral heterônoma: a validade das regras é exterior a elas, está associada à fonte de onde provêm. Todas as características dessa primeira fase do desenvolvimento moral decorrem da não-apropriação racional dos valores e das regras, uma vez que são legitimadas pelo valor afetivo de quem as profere.

A autonomia moral refere-se à possibilidade de a pessoa pautar suas condutas predominantemente por valores e regras que assume conscientemente em função da validade que atribui a elas e de sentir-se legítima para construir novas regras. A construção da autonomia começa, em média, por volta dos oito anos, quando a criança inicia um processo

no qual pode cada vez mais julgar os atos, levando em conta essencialmente a intencionalidade que os motivou. Começa a compreender as regras pelo seu espírito e não mais ao pé da letra, e legitimá-las não mais porque provêm de seres prestigiados e poderosos, mas porque se convence racionalmente de sua validade. Assim, a racionalidade começa a ganhar seu espaço no desenvolvimento moral. O respeito que antes era unilateral — no sentido de respeitar as “autoridades”, mas sem exigir a recíproca — torna-se mútuo: respeitar e ser respeitado. O medo da punição e da perda do amor, que inspirava as condutas na fase heterônoma, é substituído pelo medo de perder o respeito e a estima dos outros, e de perder o respeito próprio, moralmente falando.

Com o início das transformações ocorridas na puberdade, novo salto qualitativo pode ser observado no desenvolvimento moral. Do ponto de vista do desenvolvimento cognitivo, tal momento coincide com o início da possibilidade de uma maior abstração e, portanto, de uma ampliação qualitativa na formação do juízo e da consciência moral. Porém, não é só em relação às novas possibilidades de raciocínio que está vinculado o salto qualitativo no desenvolvimento da moral. A afetividade sofre profundos desequilíbrios e, conseqüentemente, a auto-imagem é sucessivamente reelaborada.

O adolescente não consegue mais ver a si mesmo como uma criança, apesar da forte presença do lúdico na sua relação com o mundo. Começa a projetar para si uma imagem adulta. Porém, seu corpo, que deixou de corresponder à imagem infantil, não ganhou ainda os contornos mais definidos de sua figura adulta (faz-se aqui a distinção entre os gêneros e as diferenças de amadurecimento físico, já que as meninas ganham mais rapidamente a estatura e os contornos de mulher), e começa a manifestar novos desejos.

A relativa estabilidade na imagem de si durante a infância é rompida e implica uma reestruturação na relação com o próprio corpo, de aceitação ou não. Portanto, a imagem positiva de si passa a basear-se em um ideal de homem ou mulher, não só em relação a traços de personalidade, mas a um ideal de corpo, de beleza, que se expressa e é valorizado a todo momento segundo os padrões sociais vigentes. A falta de possibilidade de controle sobre as suas mudanças físicas, a forma como elas ocorrem, causa insegurança na auto-imagem que o adolescente vai construindo.

Concomitante às mudanças físicas da adolescência, começa a aparecer o desejo e a possibilidade de experimentação da sexualidade adulta (não necessariamente já a experimentação de relações sexuais), com a conseqüente necessidade de definição de papéis e opções sexuais e que carrega consigo novas formas de sociabilidade e de relacionamentos. Esse despertar vincula com bastante força o respeito próprio e a imagem de si à imagem que os outros têm dele. A necessidade de ser aceito e admirado pelos seus pares, seja do mesmo gênero ou do oposto, leva a escolhas — e a conflitos entre valores — que se revelam essenciais. A possibilidade que o adolescente tem de lidar com as mudanças e elaborá-las continuamente é a experimentação. E é nesse sentido que ele busca vivenciar novas situações e emoções, desafiar perigos, transgredir regras, testar limites e valores. Negar ao

adolescente a possibilidade de experimentação é equivalente a dificultar seu processo de construção de uma auto-imagem positiva e de busca de autonomia moral. Abandoná-lo, deixá-lo sozinho nessa empreitada também. Muitas vezes adolescentes e jovens são postos em novas situações, com as quais devem aprender a lidar e se situar, não por escolha sua, mas por necessidade, vivenciando diferentes formas de relação e responsabilidade vinculadas ao seu ingresso no mundo do trabalho profissional, constituição familiar etc.

Caracterizada como um momento de profundas transformações, de elaboração de perdas e de reconstrução da auto-imagem, a adolescência e juventude revelam-se, então, em relação ao desenvolvimento moral, um momento bastante rico, fecundo e, de certa forma, definidor.

É tido como um fato quase consensual que adolescentes e jovens têm nos seus grupos ou “tribos” uma grande referência, o que lhes confere legitimidade na formação de atitudes, consolidação de valores e regras. É inegável a necessidade e busca de independência que se apresenta nesse momento da vida e o questionamento da legitimidade que os adultos e instituições como a escola sofrem na relação com adolescentes e jovens. Mas há algo em que se pensar. Não se trata só de buscar identificação com aqueles que vivenciam uma situação parecida, pois os adolescentes e jovens não se legitimam irrestritamente entre si. Não raro, assiste-se a situações violentas e de oposição clara entre os próprios grupos de jovens e adolescentes. A forma de inserção que eles buscam dentro dos grupos, o tipo de relação mais cooperativa que buscam vivenciar na formação desses grupos é que se apresenta como elemento-chave na legitimação dos valores, regras e atitudes que esses grupos veiculam.

Sendo um momento especial na reelaboração de valores, legitimação de regras e formação de atitudes, a qualidade das relações torna-se um elemento essencial, principalmente na escola, de criação de possibilidade de compartilhar, construir legitimidade e aproximação junto aos adolescentes e jovens.

É, portanto, fundamental para a escola, refletir sobre a especificidade dessa etapa da vida e sobre como adequar sua organização, sua forma de intervenção, de modo a contribuir para que os alunos possam refletir criticamente sobre os valores que possuem, os que procuram experimentar e os que estão à sua volta, buscando a ética nas suas relações.

A conclusão a que se retorna é que as relações sociais efetivamente vividas, experienciadas, têm influência decisiva no processo de legitimação dos valores, da formação ética. Se o objetivo é contribuir para a formação de indivíduos que tenham respeito pelas diferenças entre pessoas, não bastam belos discursos sobre este valor: é necessário que possam experienciá-lo no seu cotidiano, ser cada um respeitado no que tem de peculiar em relação aos outros. Se o objetivo é a formação de alguém que procure resolver conflitos pelo diálogo, deve-se proporcionar um ambiente social em que tal possibilidade exista, em que se possa, de fato, praticá-lo. Se o objetivo é um indivíduo que se solidarize com os outros, ele deverá poder experimentar o convívio organizado em função desse valor.

Se o objetivo é que os indivíduos tornem-se democráticos, é necessário proporcionar-lhes oportunidades de praticar a democracia falando o que pensam, submetendo suas idéias e propostas ao juízo de outros, fazendo escolhas e assumindo responsabilidades sobre elas. Se o objetivo é que o respeito próprio seja conquistado pelo aluno, deve-se acolhê-lo em um ambiente no qual sinta-se valorizado e respeitado. Se a possibilidade de julgamento e diálogo depende do desenvolvimento da racionalidade, deve-se acolhê-lo em um ambiente em que tal faculdade seja estimulada. A escola pode ser esse lugar. Deve sê-lo.

A vivência da Ética no processo de ensino e aprendizagem

No sentido clássico do termo, é impossível ensinar a moralidade. Não se quer dizer com isso que não haja nada a aprender, nesse campo, por parte do educando. O desafio de promover uma educação em valores consiste em desenvolver um trabalho pedagógico que auxilie o educando a tomar consciência da presença dos valores em seu comportamento e em sua relação com os outros, participando do processo de construção e problematização desses valores, num movimento de afirmação de autonomia. Como todo saber prático, a moral não pode ser ensinada sem a participação plena e ativa de quem aprende. Em vez de impor valores, trata-se de afirmá-los, de torná-los visíveis e de tornar compreensível o seu significado, na vida de todos e na participação de cada um no contexto social.

O espaço escolar caracteriza-se como um espaço de diversidade por princípio. O caráter universal do ensino fundamental, definido em lei, torna a escola um ponto de convergência de diversos meios sociais, traz para o seu seio os mais variados valores expressos na diversidade de atitudes e comportamentos das pessoas que a integram. Como instituição permanente, defronta-se com o desafio da constante mudança em seu interior. Gerações de alunos sucedem-se umas às outras, bem como se renova o seu quadro de funcionários, sejam eles professores e professoras, corpo técnico, de serviço administrativo ou de apoio. Configura-se como um espaço público por excelência, orientado por um objetivo comum. Em virtude do número quase sempre grande de membros que reúne, necessita de uma estrutura, de uma organização, de regras e normas que estabeleçam formas de convívio em seu interior, que garantam os princípios e objetivos a que se propõe.

Para além da própria necessidade de que essa organização se pautar por princípios democráticos, coloca-se para a escola a questão de como enfrentar o conflito entre suas normas e regras como instituição e aqueles valores que cada um de seus membros traz consigo. Tal conflito traduz-se freqüentemente em problemas que, se não são novos, têm se tornado cada vez mais relevantes no espaço escolar, como, por exemplo, a indisciplina e a violência. Coloca-se, portanto, a necessidade de problematizá-las na perspectiva de uma formação moral.

A banalização da vida humana e o aumento da violência na sociedade são questões de caráter mais amplo, da própria sociedade, e que, inegavelmente, são trazidas para o espaço escolar. Assim, refletem-se nas ações cotidianas, nas atitudes e comportamentos das pessoas, seja em relação às outras, seja em relação ao espaço físico. Definir com clareza e firmeza regras para se superar esse problema é tarefa da qual a escola não pode se esquivar. A colocação de limites a crianças, adolescentes e jovens tem a intenção de contribuir para uma convivência efetivamente democrática.

A disciplina pode ser entendida como uma observância a preceitos e normas e, como tal, é esperada como atitude dos alunos, professores e funcionários. Porém, tal observância pode se traduzir ou em uma submissão, uma adaptação passiva a regras ou em uma internalização delas, ou em uma compreensão e valorização como veículo de um bem comum. Por isso há a necessidade de distinção entre imposição e afirmação de valores e princípios, bem como entre disciplina e autoritarismo.

A perspectiva de manutenção de um controle externo dos comportamentos, aproxima-se mais da idéia de autoritarismo e de imposição de valores, enquanto que a perspectiva de um trabalho de formação de atitudes ganha proximidade com uma idéia de disciplina como auto-regulação e afirmação conjunta de valores.

Essa distinção traz duas implicações para o convívio escolar: o reconhecimento dos valores e atitudes que os alunos trazem consigo e manifestam em diversas situações na escola, e a consideração destes como ponto de partida para uma atuação educativa. Uma consequência disso é o estabelecimento de um princípio de ação, que poderíamos chamar de um princípio didático, e que se sustenta no diálogo e na co-responsabilidade e participação. Diante da manifestação de comportamentos inadequados ou até mesmo violentos por parte de alunos, impor valores traduz-se pela ação da punição e de discursos em nome da ordem. Afirmar valores traduz-se na ação de incluir os envolvidos numa situação de diálogo, identificando os valores e princípios postos em jogo na situação, contribuindo para que ambas as partes possam compreender melhor a situação e possam sentir que os princípios expressos em regras de convivência têm um sentido concreto.

Conviver significa conhecer, participar, opinar, ousar e transformar. Cabe à escola, espaço fundamental de convivência, afirmar valores que estão de acordo com esses princípios. É preciso estimular o desejo da participação, que valoriza a ação e amplia a co-responsabilidade, fazendo com que se compartilhem os destinos da vida coletiva da instituição. Se o aluno precisa ser participante e ativo na construção de sua aprendizagem, o professor precisa trilhar esse caminho junto com ele, efetivando sua própria participação no espaço escolar.

A ATUAÇÃO DO PROFESSOR NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO EM VALORES

Para realizar qualquer trabalho educativo que tenha como finalidade a contribuição para construção da cidadania, é necessária ao professor, como requisito primeiro e essencial,

a participação efetiva na construção do projeto pedagógico da escola. Nessa participação estão implicados um conhecimento crítico da realidade na qual se desenvolve o trabalho, do grupo com o qual se vai intencionalmente estabelecer uma relação de aprendizagem, do conjunto dos profissionais da instituição, e de si próprio — dos limites e possibilidades que se criam para o exercício de uma prática pedagógica competente.

A função docente exige do professor uma série de condutas que o farão reconhecido como alguém que utiliza o seu saber e o seu poder como um recurso para o bem da coletividade com quem trabalha, fazendo bem o que lhe compete. Exige, além disso, determinadas virtudes, qualidades, que poderão auxiliá-lo no dia-a-dia, como a humildade, a curiosidade, a coragem, a capacidade de decidir e de colocar limites, comprometendo-se na busca dos objetivos que se propõe.

O conhecimento crítico da realidade em que desenvolve seu trabalho e dos valores que aí se encontram e que o norteiam é ponto de partida para organização do trabalho do professor na escola. Esse conhecimento envolve questões diretamente relacionadas ao trabalho em sala de aula e questões mais amplas, que extrapolam esse âmbito. O professor assume ao mesmo tempo duas tarefas: uma delas é conhecer melhor os seus alunos, tanto no que diz respeito estritamente ao processo ensino e aprendizagem como a desejos, interesses, dificuldades, experimentados por eles em suas vidas; a outra é a ampliação do conhecimento de si mesmo.

A aprendizagem de atitudes pelos adolescentes e jovens requer o reconhecimento, por parte dos adultos, das características psicológicas e sociais dessa fase. É um aprendizado longo, complexo, contínuo, não linear e às vezes difícil para o adolescente, exigindo do professor a criação de estratégias que possibilitem o desenvolvimento das atitudes desejáveis.

Nessa etapa da vida os alunos ampliam a sua capacidade de analisar situações complexas, considerar diferentes fatores envolvidos e construir critérios de justiça. Porém, tendem a desacreditar nesses critérios quando percebem que neles não se deposita confiança alguma. Tanto as crianças como os adolescente e jovens apreciam muito os sinais de confiança que os adultos lhes dão quando mostram que acreditam neles. E ficam tristes e infelizes quando incessantemente reparam olhares suspeitosos sobre eles, quando percebem que são, sem mais nem menos, considerados desonestos, sem palavra, sem caráter. Sentem-se — e de fato são — injustiçados num ambiente de suspeição. Precisam perceber que confiam neles e que serão cobrados por merecer tal crédito. Para alguém ter e permanecer tendo confiança em si (elemento importante do respeito próprio), nada melhor do que sentir que os outros acreditam em sua palavra. Negar-lhes — de antemão — esse direito resulta em distanciá-los de um convívio social enriquecedor.

A investigação sobre a realidade assume papel importante no processo de ensino e aprendizagem, na medida em que possibilita um conhecimento ampliado das características das famílias dos alunos, da estrutura de atendimento da região em saúde, cultura, esporte,

lazer etc. Conhecendo criticamente essa realidade, o professor terá condições de pensar em conteúdos significativos que orientem a construção do plano de ação da área de conhecimento com a qual trabalha e pensar em como adequar o conteúdo previamente estabelecido à realidade em que atua.

A busca de conhecimento de si mesmo é outro desafio para o professor. Ele é parte integrante da realidade que investiga. É importante pensar que ele tem como desafio fazer a leitura da realidade com o objetivo de coletar informações para compreendê-la, isto é, buscar seu sentido, sua significação. Isso requer do professor discernimento para que o seu juízo de valor e suas crenças, ainda que influenciem, não determinem por princípio os rumos da investigação.

Do ponto de vista da ética, é fundamental que, ao planejar as atividades que serão trabalhadas com os alunos, os professores selecionem conteúdos que explicitem e despertem a curiosidade pelas diferentes formas de organização social e culturas existentes no mundo e pelos diferentes valores que sustentam o convívio, na escola e fora dela.

O professor e os adultos que convivem com o aluno na escola precisam estar atentos, especialmente para os aspectos que envolvem as relações pessoais no interior do processo de ensino e aprendizagem. A atenção, a afeição, a amizade, o distanciamento, a omissão, contribuem para a formação de atitudes desejáveis ou não. Ao longo de sua vivência na escola o aluno desenvolve uma série de idéias sobre o papel dos adultos, posicionando-se frente a esse papel de acordo com as respostas que recebe nas diversas situações. O comportamento dos adultos funciona, muitas vezes, como modelo, afirmado ou negado pelos alunos. Se o objetivo do trabalho com o tema transversal Ética é a formação de atitudes de bem viver em comunidade, é importante que haja uma atenção especial com a qualidade das relações que se pretende viver na escola.

A gestão democrática da escola supõe a participação de todos nas decisões que ali se tomam. As decisões tomadas entre quatro paredes, apenas por uma pessoa ou por um pequeno grupo, comprometem todo o convívio escolar, causando desagradáveis situações de revolta, desinteresse e omissão. A participação exige uma tomada de consciência sobre os valores presentes no processo educacional e um posicionamento crítico em relação a eles. Quando juntas para decidir algo, mesmo com a intenção de colaborar para a melhoria da vida em comum, as pessoas deixam transparecer suas crenças, suas preferências pessoais, e mostram às vezes resistência a considerar posicionamentos diferentes ou opostos. A explicitação dos diferentes posicionamentos, o debate, a troca e a consulta a todos que fazem parte da instituição, à luz de princípios eleitos por seus membros como norteadores da ação, auxiliam as tomadas de decisão.

Nas instâncias de participação em que estão presentes membros que representam os diferentes segmentos da escola, com freqüência surgem conflitos que exigem negociação, para que a escola realmente atenda os anseios da comunidade e ao mesmo tempo seja valorizada por ela.

Um projeto pedagógico que inclua o trabalho com os temas transversais exige dos professores um redimensionamento de sua ação, uma vez que esse trabalho envolverá, além do conteúdo específico de sua área, a preocupação em trabalhar com valores. Todas as áreas do conhecimento e temas transversais têm contribuições a oferecer no sentido de incentivar valores fundamentais para a formação do cidadão.

ÉTICA E CONVIVÊNCIA NA ESCOLA

Uma educação em valores se ocupará em promover entre os alunos a vivência da cidadania e da participação, sustentadas pelo conhecimento de alguns importantes fundamentos, expostos a seguir.

- **Existem regras e leis que definem direitos e deveres na sociedade. É importante conhecer seu caráter histórico e sua relação com situações presentes.**

Viver em sociedade significa orientar seu comportamento por leis e regras, criadas por seus sujeitos, com o objetivo de tornar a convivência adequada a necessidades, naturais e “inventadas”, como já se afirmou. As regras e leis sustentam-se em princípios e são modificadas em virtude de novas necessidades e interesses que surgem no processo histórico. Conviver democraticamente significa ter consciência de que o papel das pessoas não é apenas obedecer e repetir as leis, mas contribuir para sua reformulação, adequação e para a elaboração de novas leis.

Fazer parte de um grupo, de uma comunidade, exige do participante conhecer as normas que regem a conduta daqueles que a ele pertencem. O conhecimento da Constituição brasileira, de sua importância como instrumento de direito e de busca de justiça social, fundamenta o desenvolvimento da atitude de valorização da justiça para com todas as pessoas e o respeito aos direitos individuais, políticos, sociais e culturais.

Além da Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana podem ser lidos, analisados e confrontados com situações reais vividas pela comunidade ou trazidas pela literatura e pela mídia em um trabalho que propicie o conhecimento da realidade brasileira, seus desafios e conquistas.

É muito importante, também, que os alunos aprendam sobre o processo histórico e político em que foram elaborados, sobre as lutas e os movimentos que os produziram, para que compreendam que são muitas vezes contraditórios e podem e devem ser modificados. Valoriza-se, assim, a democracia como sistema político que permite a criação de novos direitos e deveres, no qual o confronto político pode possibilitar o avanço da justiça social.

- **As regras existentes na escola viabilizam a convivência em seu interior e com a comunidade, e precisam ser claras e conhecidas por todos.**

As regras de conduta na comunidade escolar têm a finalidade de garantir que o processo de ensino e aprendizagem ocorra com sucesso e de promover o bem-estar de todos. Elas não devem ser vistas pelo alunos como imposições arbitrárias, mas como tradução do respeito mútuo e justiça: estar atento à presença dos outros e cuidar do que é de todos. Fazer filas, esperar a sua vez de falar, jogar lixo no local apropriado, são atitudes que refletem esses princípios. Tal aprendizado ajudará o jovem a construir o conceito de pertinência à comunidade e de respeito ao patrimônio público, coletivo, tão importantes para o exercício da cidadania.

Posicionar-se é algo que se aprende. O trabalho escolar avança quando o aluno aprende a posicionar-se diante dos valores que lhe são apresentados e aprende melhor quando os valores e as regras são apresentados a ele com clareza. Regras ambíguas impedem as pessoas de saber exatamente o que delas se espera, o que lhes é cobrado e quais são os seus direitos. Tendo consciência dessas regras e valores, terá oportunidade maior de assumi-los como seus e de problematizá-los, criando espaço para sua transformação.

- A elaboração das regras deve ser vivenciada coletivamente, na busca de alternativas para problemas enfrentados no cotidiano escolar.

Para que o aluno participe do processo de elaboração de normas e regras da escola, ele precisa conhecer a legislação que orienta seu funcionamento e que determina deveres e direitos de todos os que ali convivem. É a vivência das atituações do cotidiano escolar e dos problemas que se enfrentam que oferece ocasião para avaliar criticamente o caráter positivo ou negativo das determinações e suscitar as transformações que se apresentam como necessárias. Para que isso aconteça, é preciso estimular o movimento de participação na construção de critérios justos de convivência. O estudo da realidade e o desvelamento de dúvidas e desejos serão orientadores da reformulação e da elaboração de regras que, iluminadas por princípios que valorizem a construção da autonomia moral e a busca do bem comum, favoreçam a participação de todos nas decisões.

A participação na construção e no estabelecimento de regras possibilita o desenvolvimento do sentimento de pertinência ao coletivo e da atitude de responsabilidade pessoal pela vida comunitária. Esse procedimento favorece também a compreensão de que as regras e normas de convívio democrático necessitam ser estabelecidas como um contrato firmado pelas partes envolvidas, o que exige de todos respeito e compromisso com as posturas assumidas pelo grupo.

Qualquer contrato firmado entre partes é composto por direitos e deveres. A identificação de formas de ação diante de situações em que os direitos não estejam sendo respeitados depende tanto do conhecimento do regimento interno da instituição como do envolvimento e compromisso de todos aqueles que participaram da sua elaboração e se comprometeram a colocá-lo em ação. Quem não cumpre com o combinado está deixando de cumprir acordos que foram mutuamente estabelecidos e está sujeito, portanto, às sanções daí decorrentes.

É indispensável considerar que as sanções que fazem parte da cultura escolar devem, evidentemente, ser justas, punindo os que transgridem as regras e resguardando o respeito aos valores. Optar por castigar uma classe toda simplesmente porque não se conhece o autor de algum delito é uma atitude inadequada. As sanções devem ser também proporcionais aos delitos. Optar por sanções severas demais apenas para que sirvam de exemplo, além do caráter de injustiça, incorre no risco de se ver o resultado oposto ao desejado.

As sanções mais justas e que promovem aprendizagem e desenvolvimento moral são as chamadas “sanções por reciprocidade”: elas guardam alguma relação com a ação repreensível do aluno. Um exemplo geral: como punir as pessoas que picham paredes e monumentos? Colocando-as na prisão ou obrigando-as a limpar o que fizeram e até outras pichações? A segunda solução parece melhor: assim as pessoas tomam consciência das dimensões e conseqüências de seus atos e reparam o que fizeram. Quando os próprios alunos podem indicar e discutir prováveis sanções, estabelece-se um ambiente de coresponsabilidade, fundamental para evitar privilégios e atitudes preconceituosas, em que se desprezam as competências e esforços dos alunos, rotulam-se *a priori* alguns como incompetentes, desonestos etc.

Chamar os alunos envolvidos em situações de conflito à participação em uma solução por intermédio do diálogo não significa que a instituição e os educadores abram mão de sua responsabilidade no processo pedagógico. Enfatizar as conseqüências de um comportamento inadequado, intervir no debate para garantir a preservação de algum princípio de convivência, estabelecer sanções em parceria com os envolvidos quando for necessário, extrair acordos das situações, são ações necessárias à afirmação de valores ao mesmo tempo que estimulam a formação de atitudes, seja por favorecer o desenvolvimento de um juízo e compreensão, seja por estimular o envolvimento afetivo por meio da inclusão.

Se os alunos forem sistematicamente submetidos a situações de autoritarismo, a mandamentos não explicados racionalmente ou arbitrários, não terão possibilidade de aprender a analisar as situações e posicionar-se em relação a elas. Pelo contrário, vivendo situações nas quais os critérios de justiça sejam aplicados, tomam consciência deles, assimilam-nos e os tornam seus.

Qualquer um se sente injustiçado ao reparar que certas pessoas usufruem de privilégios. Essa injustiça se faz sentir tanto nos excluídos como nos próprios privilegiados. Os excluídos percebem bem a arbitrariedade que com eles é cometida — uma vez que, de direito, todos merecem o mesmo tratamento. E os privilegiados acabam por sofrer o desprezo de seus colegas, por se acharem excluídos por eles. Acabam até se envergonhando da situação de destaque na qual o professor os colocou. Kant, filósofo do século XVIII, escreveu que uma grande virtude da escola é justamente ser um lugar onde ninguém tem privilégios, apenas direitos.

Qualquer pessoa também se sente injustiçada se os outros não reconhecem sua

competência, seu valor, seus esforços. Esse raciocínio vale para alunos de qualquer idade. Todos sofrem ao sentir que os professores os desprezam, não apostam em sua capacidade de êxito, ignoram suas tentativas de aprender. E tais injustiças os levam, seja ao abandono da busca da aprendizagem, seja à revolta, seja aos dois juntos. E mais ainda: passa-lhes a idéia de que a justiça é impossível, mero sonho; afasta-os deste valor moral.

O sentimento de confiança adquirido pelo aluno por meio do julgamento de que é capaz de resolver problemas relacionados à aprendizagem e às relações humanas é um estímulo para a legitimação de valores pautados na justiça e diálogo.

- **A participação na elaboração e discussão das regras é parte de uma vivência mais ampla de todos no contexto escolar e na comunidade.**

A vivência do trabalho em sala de aula, a criação e recriação constante do conhecimento na relação pedagógica que aí se desenvolve é, sem dúvida, a maior oportunidade de participação efetiva no contexto escolar. Quando se procura trazer o foco para a organização de normas e regras, o objetivo é procurar articular a dimensão moral do trabalho na instituição escolar com as demais dimensões — epistemológica, psicológica, histórica — desse trabalho.

Participar é ser e fazer parte. Logo, a participação é vivência abrangente, que se espalha pelos diversos “terrenos” de atuação dos alunos na vida social e na escola — o Conselho de Escola, a Associação de Pais e Mestres, o Grêmio, os Grupos de Estudo, os Corais são diferentes instâncias de participação e convivência.

Conhecer organizações e movimentos sociais, aprender a organizar-se, promover abaixo-assinados e campanhas, criar fluxos de comunicação e socializar informações (jornal, mural, seminários), debater sobre reivindicações coletivas, eleger, formular propostas coletivas, participar nos órgãos de gestão escolar, são aprendizagens que podem ser concretizadas em diferentes âmbitos, de acordo com as possibilidades dos alunos, da escola e dos professores e com a pertinência ao trabalho das diferentes áreas, com a finalidade de favorecer a compreensão de que a participação política é e precisa ser acessível a todos os cidadãos.

Participar de ações com outras instituições e organizações sociais em movimentos de caráter comunitário, da promoção de ações públicas como o combate à violência, a busca de melhoria das condições socioambientais, o repúdio às injustiças etc., favorece a participação dos alunos na vida comunitária e a construção da concepção de política como espaço de realização do bem comum, responsabilidade de todos.

Por tudo que vem sendo apresentado, poder-se-ia afirmar que a proposta de uma educação em valores aproxima-se do que tem sido chamado de uma formação integral, ou seja, articulação de corpo e espírito, de meios e fins, de teoria e prática, com o objetivo de promover o bem coletivo.

A ética como um tema transversal

Afirma-se que a verdadeira educação não só consiste em promover a apreensão da realidade e ensinar a pensar, mas também em aprender a pensar sobre o próprio processo de conhecimento, num constante movimento reflexivo. A compreensão, enquanto capacidade abrangente que permite uma relação criativa entre aprender sobre a realidade, na realidade e da realidade, é propósito fundamental da articulação das áreas e temas transversais.

O tema Ética segue os critérios de eleição dos outros temas transversais, guardando, entretanto, sua especificidade como um eixo norteador: as questões que se abordam nos demais temas reportam-se sempre às implicações de valor presentes nas situações sociais.

No campo da ética guarda-se a proposta de uma educação em valores. Valores de diversas ordens estão presentes na vida escolar, em todos os seus aspectos — ao promover a aprendizagem nas diversas áreas, os professores estão, de alguma maneira, procurando despertar nos alunos o respeito por inúmeros valores humanos, como a exatidão, a precisão, a curiosidade, a verdade. Com esses valores articulam-se os valores morais, objetos da reflexão ética. Assim, a ética atravessa a proposta educacional da escola e o planejamento e execução do trabalho de cada um dos professores e da relação de todos os que compõem a comunidade escolar. Pode-se observar isso de várias maneiras.

A própria função da escola — socialização do saber — levanta questões éticas. Para que e a quem servem o saber, os diversos conhecimentos científicos, as várias tecnologias? É necessário refletir sobre essa pergunta. Além do mais, sabe-se que um conhecimento totalmente neutro não existe. É, portanto, necessário pensar sobre sua produção e divulgação. O ato de estudar também envolve questões valorativas. Afinal, para que se estuda? Apenas na perspectiva de se garantir certo nível material de vida? Tal objetivo realmente existe, porém, estudar também é exercício da cidadania: é por meio dos diversos saberes que se participa do mundo do trabalho, das variadas instituições, da vida cotidiana, articulando-se o bem-estar próprio com o bem-estar de todos.

Questões relativas a valores humanos permeiam também os conteúdos curriculares. Veja-se, por exemplo:

- nas chamadas Ciências Humanas, História e Geografia, trata-se essencialmente das relações humanas, seja aquelas que se dão nas instituições políticas, econômicas e sociais construídas pelos e entre os povos, seja as das sociedades com seu meio. O estudo das transformações das diversas sociedades no tempo e na construção de seus espaços remete inevitavelmente à questão dos valores. Ainda que não sejam o elemento central ou explicativo das mudanças, nelas marcam sua presença. Explicitar esses valores que norteiam ou nortearam as diversas

sociedades estudadas, a forma como foram gerados ou afirmados socialmente, os conflitos que se estabeleceram ou ainda se estabelecem entre valores diversos na trama social, revela-se de extrema importância, pois, além de permitir uma melhor compreensão dos valores e conflitos do mundo contemporâneo, fornece referências culturais necessárias para o trabalho reflexivo de formação moral autônoma;

- em Língua Portuguesa e Língua Estrangeira, deve-se considerar que a língua é um dos veículos da cultura do país onde é falada e que, portanto, carrega os valores dessa cultura. Por exemplo, em Língua Portuguesa, comparar a chamada norma culta às outras formas de falar não é apenas comparar duas formas de se comunicar seguindo o critério do “certo” e do “errado”. É, sobretudo, pensar sobre as diversas formas de o homem se apoderar da cultura, suas possibilidades objetivas de fazê-lo. Mais ainda, a linguagem, oral ou escrita, é também uma situação de comunicação que aproxima pessoas, coloca-as em interação, define os lugares de onde se fala e de com quem se fala. Tomar a própria língua com objeto de estudo significa pensar também na qualidade dessa interação que a linguagem pode propiciar, tematizar os usos dessa língua e de que forma tais usos refletem um respeito mútuo, uma consideração pelo outro, realizar procedimentos de um diálogo efetivo;
- em Matemática, os usos que se fazem do seu conhecimento expressam valores. A tradução da realidade vivida em relações numéricas e em formas não é isenta de opções valorativas. Veja-se, por exemplo, a realidade econômica, na qual se busca invariavelmente amenizar escolhas de caráter político ou moral pela suposta neutralidade dos números, dos dados. A contestação desses dados se faz também com base no mesmo conhecimento matemático. Assim, um ensino e aprendizagem que se faça de forma contextualizada, lançando mão de situações concretas e problemáticas dos seus usos, certamente trará consigo questões relativas a opções de valores. Além disso, a própria constituição da Matemática como ciência ou área do conhecimento traz consigo uma visão de mundo permeada por valores;
- em Arte, nas diversas formas de manifestação artística da humanidade, revelam-se também visões de mundo e de

valores. A produção artística guarda um diálogo com a sociedade onde é produzida, com os seus valores inclusive. Portanto, ao lado das questões técnicas da produção, apreciar ou realizar (ainda que com as características de uma produção escolar) uma produção artística é um excelente espaço de veiculação e reflexão sobre valores e sentimentos, de vivência de situações cooperativas (no caso de produções coletivas). Cabe não esquecer também do momento de contextualização das produções, o autor e a sociedade em que vive ou viveu, como um momento em que se está tratando de relações e valores;

- em Educação Física, as questões relativas à competição e cooperação, ao conhecimento dos limites e possibilidades do próprio corpo e sua aceitação, a auto-disciplina, ao aprendizado e respeito a regras (no caso dos jogos), à participação na construção em comum acordo de novas regras (transformação ou adaptação de jogos), são questões que colocam em jogo os valores e as noções de sociabilidade que cada um carrega consigo, revelando-se também um excelente espaço de formação moral;
- em Ciências Naturais, questões como a neutralidade ou não do conhecimento científico, as relações entre esse conhecimento e as técnicas e tecnologias, as transformações sociais causadas pelas transformações tecnológicas, formam um “pano de fundo” no qual os conteúdos da área se desenvolvem. No âmbito da produção do conhecimento científico ou de novas técnicas e tecnologias, questões éticas vêm sendo debatidas. Para citar apenas alguns exemplos, debates sobre o uso da energia atômica ou subatômica no campo da Física, ou sobre a clonagem de seres humanos e a formulação de uma bioética no campo da Biologia, mostram como o tratamento das Ciências Naturais estão impregnados de questões valorativas e éticas. Obviamente os exemplos aqui citados não têm muita proximidade com os conteúdos propostos para esta etapa escolar, mas mostram como o uso e a produção do conhecimento científico estão indissociados de uma discussão e opções por valores. Tratar esse conhecimento de forma neutra ou absoluta, expressa valores. Contextualizá-lo e discutir seus usos contribui para uma formação moral e ética;

- nos temas transversais, as questões referentes às relações entre os seres humanos e seus valores também estão presentes. Ao se abordar, por exemplo, a sexualidade — tema que suscita discussões éticas, uma vez que se refere a relações entre pessoas — e as doenças sexualmente transmissíveis, como a Aids, pode-se levantar a questão do respeito pelo outro: preservar-se dessas doenças não se justifica apenas pelo zelo da própria saúde e sobrevivência, mas também pelo respeito à vida alheia, uma vez que o parceiro pode ser contaminado. Em relação ao Meio Ambiente, temas como a preservação da natureza dizem respeito diretamente à vida humana, pois poluir rios causa problemas de doenças em quem depende de suas águas. Ou seja, desrespeitar a natureza significa desrespeitar as pessoas que dela dependem.
- As relações sociais internas à escola são pautadas em valores morais. Como agir na relação com o aluno, com o professor, com o colega? Eis questões básicas do cotidiano escolar. A prática dessas relações forma moralmente os alunos. Se as relações forem respeitadas, equivalerão a uma bela experiência de respeito mútuo. Se forem democráticas, se os alunos puderem participar de decisões a serem tomadas pela escola, equivalerão a uma bela experiência de como se convive democraticamente, de como se toma responsabilidade, de como se dialoga com aquele que tem idéias diferentes. Do contrário, corre-se o risco de transmitir aos alunos a idéia de que as relações sociais em geral são e devem ser violentas e autoritárias.
- As relações da escola com a comunidade também levantam questões éticas. De fato, a escola não é uma ilha isolada do mundo, da cidade ou do bairro. Ela ocupa lugar importante nas diversas comunidades, pois envolve as famílias. Cada lugar tem especificidades que devem ser respeitadas e contempladas. Algumas das atividades de professores e alunos estão relacionadas com questões e problemas do lugar onde está a escola. Como participar da vida da comunidade? Como articular conhecimentos com as necessidades de um bairro ou de uma região? Eis questões que envolvem decisões pautadas em valores que devem ser explicitados e refletidos.

Por seu caráter reflexivo, a Ética implica sempre uma problematização. Nessa medida, sua inserção no currículo traz dois desafios: o de não aparecer de modo postiço, como

“adereção” da aprendizagem de uma área, e o de não se identificar com a imposição autoritária de valores. Isso diz respeito à necessidade de se descobrirem e se criarem espaços no cotidiano da escola, da sala de aula, para a discussão sobre o significado dos conceitos, comportamentos e atitudes. Assim, não há razão para que sejam tratadas em paralelo, em horário específico de aula. Pelo contrário, passar ao lado de tais questões seria, justamente, prestar um desserviço à formação moral do aluno: induzi-lo a pensar que ética é uma “especialidade”, quando, na verdade, ela diz respeito a todas as atividades humanas. Cumprimentar-se, dirigir-se aos outros, participar de uma discussão, organizar espacialmente a classe de uma determinada maneira, dividir os alunos em grupos, verificar o cumprimento das tarefas, propor atividades, justificar a importância da abordagem dos conteúdos específicos, são gestos, de professores e alunos, que guardam em si possibilidades de revelar valores e de refletir a seu respeito.

O trabalho com a Ética tem como objetivo o reconhecimento de que as atitudes das pessoas precisam ser pautadas por princípios de respeito, justiça, solidariedade e diálogo, que devem estar expressos na ação cotidiana da escola. A contribuição da escola, e principalmente do professor, é fundamental para que os alunos desenvolvam a capacidade de pautarem as suas atitudes naqueles princípios. Para tanto, é necessário que o professor proponha situações didáticas que propiciem a todos os alunos o conhecimento e a discussão crítica sobre eles.

A organização de situações didáticas para a efetivação da educação em valores implica na criação e seleção de situações-problema, inspiradas nos conteúdos de Ética e relacionadas aos conteúdos das áreas e temas que se pretende trabalhar. Por exemplo, ao ensinar que para produzir e legitimar regras é preciso recorrer ao critério de justiça, pode-se propor a problematização de uma situação na qual haja a supressão dos direitos de alguns alunos ou pessoas que representam os segmentos da sociedade. A título de ilustração, seria imaginar a seguinte situação: “Hoje faremos uma eleição com o objetivo de designar um representante da classe para participar de uma reunião na Secretaria de Educação. Antes da eleição, quero descrever as características necessárias para que o aluno possa participar deste processo. São: para se eleger, o jovem precisa ter estatura superior a um metro e sessenta centímetros, ser um aluno que nunca faltou às aulas, que não crie polêmicas nas discussões. As garotas só podem se candidatar se não tiverem afazeres domésticos”. A intenção é provocar uma discussão sobre o assunto. Notícias de jornais, acontecimentos da comunidade, programas de TV, novelas, dilemas da escola podem ser utilizados na problematização.

A contextualização, estabelecendo relações entre os conteúdos selecionados e a realidade, é importante para que se garanta a possibilidade de os alunos compreenderem o significado do exercício crítico e do diálogo, em que idéias diversas se apresentam e são debatidas.

Além disso, faz-se um importante trabalho educativo atuando nas situações emergentes do cotidiano escolar, tanto dentro como fora das salas de aula.

A intervenção do professor é fundamental: abrir espaço para a manifestação dos alunos e não se esquivar de apresentar seu ponto de vista, evitando, porém, que funcione como determinante dos encaminhamentos das discussões. É importante que os alunos percebam que não há neutralidade nos juízos de valor que se emitem, mas também que não são pontos de vista estritamente individuais que orientam a conduta em sociedade. É interessante que a intervenção do professor sirva para estimular a reflexão, considerando os diferentes pontos de vista sobre as questões-problema, buscando evidenciar os princípios que os sustentam.

Um espaço privilegiado para o estímulo à reflexão ética se encontra na avaliação que se realiza na escola. Avaliar é voltar-se criticamente para um objeto, apreciá-lo segundo determinados critérios e finalidades. É uma forma de julgamento que deve ser justa. Para que ela possa ser percebida como justa pelos alunos, é necessário que a escola, ao eleger os critérios de avaliação e seus indicadores, informe aos alunos quais são eles e explicita sua razão de ser.

Se se amplia aqui a noção de conteúdos, que não abrange apenas os conceitos, é preciso ampliar também a noção de avaliação. Se se pretende realizar uma formação integral, é preciso que a avaliação também o seja. Trata-se de olhar criticamente para todo o trabalho que se realiza na escola e não apenas o do aluno. E quando se voltar para o trabalho do aluno, é preciso que, numa relação de respeito e justiça, o professor aponte aspectos positivos e negativos do trabalho, dando pistas para a superação de problemas e aprimoramento do processo. Avaliações durante todo o processo de aprendizagem possibilitam que se diagnostiquem as dificuldades e que o aluno as conheça, para poder superá-las. Nessa perspectiva, um trabalho sério com a auto-avaliação, envolvendo questões relacionadas a todas as experiências do aluno, contribuirá para a construção da aprendizagem e da autoconfiança. Fichas descritivas, apreciações orais e ou escritas, são ações que devem fazer parte do cotidiano da avaliação, propiciando assim a construção do conhecimento do aluno em um clima de respeito e justiça.

O tratamento transversal tem o propósito de, além de resgatar a importância das experiências efetivamente vividas no ambiente escolar, levar em conta a necessidade de apresentar e explicitar os valores fundamentais como o respeito mútuo, a solidariedade, a justiça e o diálogo. A proposta de transversalidade é reforçada, portanto, por três razões práticas.

A primeira: não refazer o erro da má experiência da disciplina de Moral e Cívica, que partia do pressuposto que a formação moral corresponde a uma “especialidade” e que deveria ser isolada no currículo em aulas específicas, e o fazia, além do mais, com um caráter negativo de “doutrinação”.

A segunda: a problemática moral está presente em todas as experiências humanas e, portanto, deve ser enfocada em cada uma dessas experiências que ocorrem tanto durante o convívio na escola como na articulação das diversas áreas entre si.

A terceira: é importante não levar o aluno a dividir a moral num duplo sistema de valores: aqueles que se apresentam no discurso e aqueles que, de fato, inspiram as ações. Infelizmente, tal duplo sistema existe, mas associar a educação moral a discursos sobre o Bem e Mal nada mais faz do que reforçar o divórcio entre discurso e prática. Ao ancorar a educação moral na vivência social, reatam-se os laços entre pensar, falar e agir. E ao incentivar a reflexão e realizá-la de maneira contínua, incorporando-a à prática cotidiana do trabalho na escola, se estará mais próximo da realização do ideal de construção e afirmação da cidadania.

OBJETIVOS GERAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Uma vez que os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental destinam-se a todos os brasileiros e objetivam alcançar e fortalecer a meta maior que é a formação do cidadão, escolheram-se temas morais que necessariamente devem ser contemplados para que essa formação tenha êxito. Os conteúdos apresentados estão referenciados ao princípio da dignidade do ser humano, um dos fundamentos da Constituição brasileira.

O trabalho com o tema Ética visa o desenvolvimento da autonomia moral pelos alunos, fundamental para que possam compreender e atuar de maneira crítica diante dos valores e regras sociais, conhecendo e elegendo princípios e pautando-se por eles.

Articulados aos objetivos gerais do ensino fundamental, os objetivos de ética foram elencados visando orientar todo o trabalho pedagógico, que deve organizar-se de forma a possibilitar que os alunos sejam capazes de:

- reconhecer a presença dos princípios que fundamentam normas e leis no contexto social;
- refletir criticamente sobre as normas morais, buscando sua legitimidade na realização do bem comum;
- compreender a vida escolar como participação no espaço público, utilizando os conhecimentos adquiridos na construção de uma sociedade justa e democrática;
- assumir posições segundo seu próprio juízo de valor, considerando diferentes pontos de vista e aspectos de cada situação;
- construir uma imagem positiva de si, de respeito próprio e reconhecimento de sua capacidade de escolher e de realizar seu projeto de vida;
- compreender o conceito de justiça baseado na equidade, e empenhar-se em ações solidárias e cooperativas;
- adotar atitudes de respeito pelas diferenças entre as pessoas, repudiando as injustiças e discriminações;
- valorizar e empregar o diálogo como forma de esclarecer conflitos e tomar decisões coletivas.

ÉTICA

2ª PARTE

CONTEÚDOS DE ÉTICA PARA TERCEIRO E QUARTO CICLOS

Os blocos de conteúdos abordam aquilo que os alunos precisam aprender para atuar autônoma e criticamente em uma sociedade democrática. Como estimular a atitude de respeito mútuo? Como romper com a crença de que somente pessoas autoritárias são respeitadas? Como o conhecimento pode colaborar para melhoria das relações na escola? Que conteúdos dentro das diferentes áreas de conhecimento auxiliam os alunos a construir uma atitude de respeito? Quais os critérios que estabelecem o que é justo e injusto? Como sensibilizar o aluno para agir solidariamente? Qual a importância do diálogo no estabelecimento de relações de respeito, justiça e solidariedade entre as pessoas?

Os conteúdos detalhados a seguir têm a intenção de contemplar essas questões, compondo uma aprendizagem de convivência democrática.

Levando em consideração o fato de que as experiências escolares abrangem, de forma intrincada e complementar, a aprendizagem das diversas áreas do conhecimento e o convívio escolar, os critérios que nortearam a escolha dos conteúdos foram: sua relevância tanto para o ensino das diversas áreas e temas quanto para a convivência na escola, e a possibilidade de serem trabalhados de forma articulada com os outros temas, na sala de aula. Buscou-se contemplar a afirmação e a legitimação de valores relacionados ao princípio de dignidade humana e a construção de autonomia moral pelos alunos.

O conceito de dignidade do ser humano é demasiadamente abstrato, mas com experiências concretas, notadamente aquelas vivenciadas pelos alunos, a ideia de dignidade poderá, pouco a pouco, tornar-se significativa para eles. Portanto, trata-se de construir contextos pedagógicos em que possam vivenciar experiências de respeitar e ser respeitado, de realizar ações justas, de dialogar efetivamente com colegas e professores, de ser solidários e receber solidariedade, de ter acesso a conhecimentos que alimentem sua compreensão e analisar criticamente situações concretas dentro e fora da escola.

Os conteúdos se expressam, na verdade, nos contextos. O que se precisa ensinar e aprender, no que diz respeito à Ética, tem características distintas de outras áreas e temas, e está, ao mesmo tempo, presente em todas elas. Diz respeito, em última instância, ao reconhecimento da própria organização das relações sociais e da necessidade da busca do viver e conviver bem, conhecendo, participando, opinando, ousando e transformando.

Os blocos de conteúdos, intimamente relacionados entre si, são:

- **Respeito mútuo.**
- **Justiça.**
- **Solidariedade.**
- **Diálogo.**

Respeito mútuo

O respeito se traduz pela valorização de cada indivíduo em sua singularidade, nas características que o constituem. Traz guardada, em sua significação, as idéias de individualidade e de alteridade: na tomada de consciência que cada pessoa faz de si própria revela-se a presença do outro como constituinte de sua existência social.

A reflexão sobre o respeito é bastante complexa. Entendendo que ele é uma atitude, os sentimentos nos quais se baseia podem conferir-lhe sentidos diferentes. Assim, a atitude de respeito pode estar associada à de submissão, derivada de sentimentos como o medo ou a inferioridade. É o caso de quem respeita alguém por ser mais forte ou por ter mais poder. Pode-se observar, na sociedade brasileira, a presença desse tipo de respeito numa expressão popularmente freqüente: “Você sabe com quem está falando?”. Essa expressão traduz uma exigência de respeito unilateral: “Eu sou mais que você, portanto, respeite-me”. É a frase que muitas “autoridades” gostam de empregar para se verem prestigiadas, ou quando se sentem, de alguma forma, desacatadas no exercício de seu poder. Não faltam exemplos de pessoas que se submetem a esse tipo de atitude e mantêm-se constantemente em volta do poder, aceitando vantagens pessoais em troca de submissão e humilhações.

Por outro lado, a atitude de respeito pode estar associada à de veneração, de consideração. Respeita-se alguém que possua atributos ou qualidades que são valorizadas, como a sabedoria, a ponderação, a coragem, em suma, traços de caráter considerados positivos.

Além de poder estar associado a uma atitude positiva ou negativa, o respeito pode se dar de maneira unilateral ou recíproca. No universo das relações espontâneas, é possível que alguém nutra sentimentos de admiração e consideração por outro sem ser correspondido. Por outro lado, é também possível, e mesmo desejável, que duas pessoas sintam uma admiração e consideração recíprocas.

As formas de respeito evidenciam valores presentes na socialização, na aprendizagem que se dá no interior das instituições sociais. Educada de uma determinada maneira, num espaço em que se valorizam as relações assimétricas, uma criança pequena concebe o respeito como unilateral, portanto, dirigido a pessoas prestigiadas, apresentadas a ela como poderosas. Em outro contexto, pode aprender a valorizar e vivenciar a relação de reciprocidade: respeitar e ser respeitado.

O respeito ganha seu significado mais amplo, quando se realiza como respeito mútuo: ao dever de respeitar o outro, articula-se o direito, a exigência de ser respeitado.

As atitudes de respeito mútuo encontram-se mais freqüentemente no espaço das relações diretas, no convívio próximo e constante. Entretanto, o caráter universal da dignidade humana e do ideal democrático de convívio social supõem uma base mais ampla do que aquela que o convívio direto entre as pessoas pode possibilitar. Com base na noção

de humanidade, de comunidade humana, o respeito deve deixar de ser apenas uma atitude baseada nas empatias das relações pessoais para tornar-se um princípio que norteie todas as condutas, inclusive as que envolvem contatos esporádicos entre pessoas nas ruas ou locais públicos, os juízos entre grupos de pessoas diferentes que não mantenham contato direto.

A idéia de humanidade é importante na construção do princípio de respeito mútuo, articulando individualidade e diversidade, desvendando as inter-relações nem sempre percebidas entre as pessoas. A percepção dos vários níveis de sociabilidade que permeiam as relações entre as pessoas — desde as menos formais, como as relações pessoais e afetivas, em pequenos grupos, passando pelas mais formais como situações de trabalho, de escola, convívio em lugares públicos, e culminando nas mais abstratas, que envolvem o exercício da cidadania, na participação política em movimentos sociais — permite reflexão e diferenciação de formas de conduta respeitadas. Assim é possível refletir sobre quais condutas são devidas e podem ser exigidas tanto nas relações de família ou entre amigos, mais permissivas e estabelecidas de comum acordo, quanto nas relações formais, regulamentadas por normas de convívio social.

O princípio de que todas as pessoas merecem respeito, independentemente de sua origem social, etnia, religião, sexo, opinião, assim como as manifestações socioculturais dos diferentes grupos sociais que constituem a sociedade, fundamenta a afirmação do respeito mútuo. Essa idéia se desdobra em tópicos que indicam o que é necessário que os alunos aprendam com relação a respeitar e ser respeitado.

- **Compreensão de que todas as pessoas precisam sentir-se respeitadas e sentir que delas se exige respeito.**

O convívio com respeito na escola é a melhor experiência que pode ser oferecida ao aluno. É vivendo experiências de respeito e refletindo sobre o respeito nas diferentes áreas de conhecimento que se aprende a respeitar e a exigir respeito.

Na escola, tem-se oportunidade de conviver com pessoas diferentes. Uns são brancos, outros negros, outros mestiços, há meninos e meninas, alguns com limitações no desempenho, outros talentosos em algumas habilidades, pessoas de renda familiar desigual, oriundas de famílias de diversas religiões e opiniões políticas etc. Todos os alunos estão na sala de aula usufruindo do mesmo direito à educação. Chamando atenção para isso, ao trabalhar com os conteúdos de História, por exemplo, com as questões históricas que se referem aos contatos culturais, inter-relações e confrontos entre grupos, as lutas sociais que reivindicam respeito pelas diferenças e igualdades, bem como a defesa de seus territórios e de suas identidades, o professor pode criar excelente ocasião para discutir e refletir sobre as consequências históricas das atitudes de discriminação e segregação, contribuindo para que os alunos aprendam a importância de se posicionar com relação ao valor de que todos são merecedores de serem tratados com dignidade, cada um na sua

singularidade. Essa aprendizagem inclui também o envolvimento dos alunos na definição das condutas desejáveis nas relações interpessoais, no cotidiano do trabalho na escola.

- **Identificação de diferentes formas de se demonstrar respeito correspondentes a diferentes esferas de sociabilidade e convívio: relações pessoais, relações formais e relações indiretas.**

Na vida em sociedade, as pessoas assumem papéis diferenciados, definidos a partir das relações sociais vividas. Cada papel social guarda em seu interior uma indicação de comportamento nas diversas esferas de que se participa. Além do papel de aluno, o estudante desempenha uma multiplicidade de outros papéis: é filho, é irmão, é eventualmente profissional etc. Para cada um desses papéis há uma expectativa de atuação, baseada no conjunto de valores do contexto social. Muitas vezes identifica-se o respeito com o aspecto formal do tratamento. Por exemplo, julga-se respeitoso dirigir-se a alguém tratando-o por “senhor” ou “senhora”. Isso vale, sem dúvida, quando a relação se dá entre desconhecidos, ou entre jovens e pessoas idosas. Mas o respeito está além do tratamento formal. A discussão de questões-problema ou dilemas que se relacionam às responsabilidades assumidas nos diferentes papéis, as diferentes atitudes que as pessoas têm ao assumir um papel, as normas que definem responsabilidade nos papeis sociais, tem a intenção de desencadear entre os alunos reflexões sobre as diferentes esferas de sociabilidade, as formas de expressar respeito aos colegas, professores e outros funcionários da escola, autoridades de diferentes instituições, bem como das posturas pertinentes a diferentes situações sociais.

- **Reconhecimento dos limites e possibilidades pessoais e alheias.**

Revelar os seus conhecimentos, expressar seus sentimentos e emoções, admitir suas dúvidas sem ter medo de ser ridicularizado, exigir seus direitos, são aprendizagens que valorizadas contemplam o conteúdo do respeito mútuo.

Os alunos podem ser estimulados a conhecer melhor as suas potencialidades e a de seus colegas, por meio do auxílio que o professor pode oferecer. Por exemplo: mediante a seleção de atividades, intencionalmente armadas, a organização dos grupos de trabalho provocados por uma boa questão problematizadora de pesquisa que mobilize o grupo na busca de soluções, temperado com sugestões do professor sobre como as tarefas podem ser divididas e articuladas por todos os membros do grupo, auxiliam o aluno a perceber suas capacidades e as dos outros, valorizando assim os diferentes talentos, para que se instale na sala de aula uma postura de ajuda mútua e troca que enriquecerá o aprendizado de todos. São muitas as escolas que têm apresentado resultados positivos com relação a aprendizagem da colaboração e compromisso com a aprendizagem de todos. A organização das salas de aulas com essa intenção, além de atender a um direito do aluno de não ser

discriminado, possibilitará de uma forma mais rica a construção do respeito mútuo por meio da cooperação.

- **Identificação e repúdio de situações de desrespeito.**

Existem situações de preconceito, como aquelas em que se estigmatizam, em geral com apelidos pejorativos, aqueles cuja aparência não corresponde a um “modelo” ocasionalmente valorizado, assim como discriminações relacionadas a religiões, etnia, sexo etc. É necessário procurar impedir que essas atitudes se instalem e tematizá-las em sala de aula, a fim de que se analisem os porquês das discriminações e dos preconceitos que geram atitudes de desrespeito, caminhando para o rompimento das crenças que se perpetuam no tempo, demonstrando a total impossibilidade de se deduzir que alguma etnia é melhor do que outra, que determinada cultura é a única válida, que um sexo é superior ao outro, que atributos físicos determinam personalidades e assim por diante. A atitude de indignação é a resposta que se espera das pessoas quando for constatado que elas mesmas ou outras pessoas estão sendo desrespeitadas na vida cotidiana.

Reconhecer que situações de preconceito e desrespeito acontecem nas relações interpessoais cotidianas e que não são só os adolescentes que passam por isso é muito importante para pensar em formas de intervenção nessas situações. As atitudes contraditórias são comuns nas relações. Assumir que elas existem provoca a busca de respostas, a conhecer melhor aqueles com quem se convive. Essa busca encaminha o olhar para os porquês dos conflitos, podendo possibilitar a aproximação e superação deles. Explicitadas e negociadas as soluções, tem-se a possibilidade de pensar em como reparar situações a partir do reconhecimento de que pode existir a necessidade de se desculpar diante das atitudes tomadas se estas desrespeitam os outros.

Não é apenas nas relações pessoais, entretanto, que os desrespeitos acontecem. Podem acontecer formas de desrespeito mútuo entre pessoas e instituições, na própria formulação de normas e regras de funcionamento destas. As normas e regras das instituições tem o objetivo de melhorar a convivência entre as pessoas, porém há casos em que refletem uma concepção autoritária, estabelecendo obrigações que impossibilitam a inclusão de muitos. Quando as normas estabelecidas evidenciarem um caráter de exclusão, é importante que sejam revistas e reelaboradas.

Justiça

O tema da justiça sempre atraiu todos aqueles que pensaram sobre a moralidade, desde a antiguidade, e encanta e inquieta todos aqueles que se preocupam com a pergunta “Como agir na relação com os outros?”. A rigor, ela poderia ser assim formulada: “Como ser justo com os outros?”, ou seja, “Como respeitar seus direitos? Quais são esses direitos? E os meus?”.

O conceito de justiça pode remeter à obediência às leis. Por exemplo, se a lei prevê que os filhos são os herdeiros legais dos pais, deserdá-los será considerado injusto. Um juiz justo será aquele que se atém à lei, sem feri-la. Será considerado injusto se, por algum motivo, resolver ignorá-la.

Porém, o conceito de justiça vai muito além da dimensão legal. As leis são comandos coercitivos, que podem ser sábios ou tolos, justos ou injustos. De fato, uma lei pode ser justa ou não. A própria lei pode ser, ela mesma, julgada com base em critérios éticos. Por exemplo, no Brasil, existiu uma lei que proibia os analfabetos de votar. Cada um, intimamente ligado à sua consciência, pode se perguntar se essa lei era justa ou não; se os analfabetos não têm o direito de participar da vida pública como qualquer cidadão; ou se o fato de não saberem ler e escrever os torna desiguais em relação aos outros. Portanto, a ética pode julgar as leis como justas ou injustas.

As duas dimensões da definição de justiça são importantes. A dimensão legal da justiça deve ser contemplada pelos cidadãos. Muitos, por não conhecerem certas leis, não percebem que são alvo de injustiças. Não conhecem seus direitos; se os conhecessem, teriam melhores condições de lutar para que fossem respeitados. Porém, a dimensão ética é insubstituível, precisamente para avaliar de forma crítica certas leis, para perceber, como, por exemplo, privilegiam alguns em detrimento de outros. E os critérios essenciais para se pensar eticamente sobre a justiça são igualdade e equidade.

A igualdade reza que todas as pessoas têm direitos iguais. Não há razão para alguns serem “mais iguais que os outros”. Se há um bolo a ser dividido entre várias pessoas, afirma-se que dividir igualmente é dar partes iguais a cada uma delas. É dessa maneira que se ensina às crianças, desde cedo. Deve-se considerar, entretanto, que a igualdade que é essencial à justiça é menos a igualdade entre objetos que se trocam ou repartem do que entre os sujeitos envolvidos na relação — igualdade de direitos articulada às diferenças que caracterizam os indivíduos.

O conceito de igualdade deve ser, portanto, ampliado pelo de equidade. De fato, na grande maioria das vezes, as pessoas não se encontram em posição de igualdade. Nascerem em diferentes condições sociais, econômicas, têm diferentes atributos físicos etc. Seria injusto não levar em conta essas diferenças e, por exemplo, destinar a crianças e adultos os mesmos trabalhos, como acontece, infelizmente, no Brasil, no campo e em inúmeras cidades.

As pessoas também não são iguais no que diz respeito a seus feitos e, da mesma forma, seria considerado injusto dar igual recompensa ou castigo a todas as ações — por exemplo, punir todo crime, da menor infração ao assassinato, com pena de prisão, ou atribuir a todos os alunos a mesma nota. Fazer justiça é considerar a diversidade, pois o critério da equidade restabelece a igualdade respeitando as diferenças. Não é sem razão que o símbolo da justiça é, precisamente, uma balança.

A importância da valorização da justiça para a formação do cidadão é evidente. Em primeiro lugar, para o convívio social, sobretudo quando se detém algum nível de poder

que traz a responsabilidade de decisões que afetam a vida de outras pessoas. Um pai ou uma mãe, que têm poder sobre os filhos e responsabilidade por eles, a todo momento devem se perguntar se suas decisões são justas ou não. Numa escola, os professores também devem se fazer essa pergunta para julgar as atitudes de seus alunos.

Em segundo lugar, para a vida política: julgar as leis segundo critérios de justiça, julgar a distribuição de renda de um país segundo o mesmo critério, avaliar se há igualdade de oportunidades oferecidas a todos, se há impunidade para alguns, se o poder político age segundo o critério da equidade, se os direitos dos cidadãos são respeitados etc. A formação para o exercício da cidadania passa necessariamente pela elaboração do conceito de justiça e seu constante aprimoramento. Uma sociedade democrática tem como principal objetivo ser justa, inspirada nos ideais de igualdade e equidade. Tarefa difícil, que pede de todos, governantes e governados, muito discernimento e muita sensibilidade. Se um regime não conseguir aproximar a sociedade do ideal de justiça, se perdurarem as tiranias, nas quais o desejo de alguns são leis e os privilégios são normas, se os direitos de cada um, baseados na equidade, não forem respeitados, não se pode afirmar que há democracia.

Atuar com justiça nas diferentes situações que se apresentam na vida cotidiana escolar é um desafio muito grande: não existe um modelo de como ser justo, nem métodos preconcebidos que garantam o aprendizado, uma vez que as situações reais são sempre complexas. Como um princípio — isto é, um valor maior que ultrapassa o limite da norma e do costume e se toma como orientador da análise crítica, das práticas, dos julgamentos e dos comportamentos —, sua legitimação envolve construção conceitual, desenvolvimento de atitudes e aprendizado de procedimentos.

- **Identificação, formulação e discussão de critérios de justiça para analisar situações na escola e na sociedade.**

Quais deverão ser os critérios, definidos coletivamente, para o estabelecimento do justo e do injusto?

A responsabilidade guardada nas decisões aponta a necessidade de pensar em alternativas que vão além das possibilidades já pensadas. Dilemas morais enfrentados diariamente nas relações demonstram que as atitudes tomadas nos relacionamentos nem sempre são coerentes, consistentes. Pelo contrário, às vezes são bastante contraditórias. Sendo assim, para fazer a melhor opção, é importante que sejam valorizadas as diferentes opiniões e compartilhadas as decisões.

A escola pode contribuir muito para que os alunos desenvolvam a capacidade de se pautarem pelo princípio da justiça de modo autônomo, se tomá-lo, ela própria, como orientador de suas práticas. É claro que as intenções e as tentativas não eliminam a possibilidade de que aconteçam situações de injustiça. Entretanto, estar atento a elas, avaliar as práticas escolares segundo esse princípio, promover as transformações necessárias para corrigi-las é o que de melhor se pode oferecer à formação ética dos alunos e ao desenvolvimento profissional e pessoal dos educadores.

É importante levar em consideração que desde cedo as crianças são muito sensíveis às manifestações de justiça e injustiça, embora, até cerca de oito anos de idade em média, não saibam expressar verbalmente sua aceitação ou seu repúdio. Por volta dessa idade, começam a questionar as injustiças e a revoltar-se contra elas e, a partir da adolescência, ampliam a capacidade de analisar situações complexas, considerar diferentes fatores envolvidos e construir critérios de justiça. Porém, como sempre, tal desenvolvimento não depende do simples fator tempo. Se forem sistematicamente submetidas a situações de autoritarismo, a mandamentos não explicados racionalmente ou arbitrários, não terão possibilidade de aprender a analisar as situações e posicionar-se em relação a elas. Pelo contrário, vivendo situações nas quais os critérios de justiça sejam explicitados e aplicados, tomam consciência deles, assimilam-nos e os tornam seus.

Posturas didáticas que evidenciem para os alunos a importância de garantir, a partir de acordos mútuos, o direito de todos, que proporcionem o reconhecimento dos esforços nas diferentes tentativas de avanços e que ampliem a possibilidade de inclusão de todos nas diferentes atividades, permitem que os alunos percebam a confiança neles depositada por colegas e adultos da escola, certifiquem-se de que as pessoas possuem direitos que precisam ser garantidos e que é necessário recusar que alguns tenham privilégios.

- **Consideração de critérios de justiça para compreender, produzir e legitimar regras.**

O princípio da justiça traduz-se na busca da igualdade de direitos e de oportunidades, o que pressupõe considerar as condições concretas das situações e dos sujeitos envolvidos para o julgamento do que é justo ou injusto. Por outro lado, as situações concretas são mutáveis, o que significa dizer que não é possível fixar as soluções de justiça. Por isso, é preciso aprender que nem sempre regras e leis formais garantem a justiça, que é preciso saber com quais critérios se deverá avaliar as situações concretas e que a discussão sobre elas, de preferência com a participação dos envolvidos, é a forma democrática de se buscar a justiça.

A identificação de várias soluções possíveis para questões-problema ou dilemas discutidos, levando-se em conta as condições dos sujeitos envolvidos, favorece o desenvolvimento da capacidade de elaborar e analisar normas e regras e a necessidade de sua modificação ou manutenção em função do atendimento do princípio de justiça. Além de ser um aprendizado fundamental para o desenvolvimento de uma “atitude democrática”, isso vale tanto para situações da vida cotidiana como para analisar situações distantes no tempo ou no espaço, trazidas pelos meios de comunicação ou pelos conteúdos das áreas de estudo.

Trazer à reflexão situações em que a exigência de igualdade se coloca como evidência daquilo que é justo (como, por exemplo, regras que impedem a manutenção de privilégios

no acesso à escola), e situações em que as condições diferenciadas de uns e outros determinam a equidade como manifestação do que é justo (como, por exemplo, nas situações que envolvem turmas de idades diferentes em uma mesma atividade: nessas situações o que se define para os menores e maiores em geral não é igual em função das capacidades diferenciadas), é uma forma de contribuir para que o aluno amplie a noção de justiça que está construindo.

- **Identificação e repúdio de atitudes que violentam os direitos do ser humano.**

Insistir em reivindicar integralmente os direitos do ser humano é uma empreitada política que não se pode ignorar. Situações em que se desrespeitam os princípios de convivência democrática e formas de doutrinação, que colocam seres humanos uns contra os outros, necessitam ser tematizadas com o propósito de que os alunos entendam o que leva seres humanos a atitudes tão graves, percebendo assim a importância de repudiá-las.

A valorização da justiça implica o posicionamento contrário às situações de injustiça tanto na vida cotidiana como nos acontecimentos próximos e nas situações distantes no tempo e no espaço. O aprendizado desta atitude compreende a leitura dos subtextos e das intencionalidades dos discursos teóricos, comunicativos, informativos etc., além da análise de diferentes posturas ou das diferentes leituras dos fatos.

Tanto nas áreas como nos temas transversais encontram-se conteúdos que favorecem a discussão/reflexão que se pretende.

O problema muitas vezes apontado como o mais vergonhoso da civilização humana, que é a fome, a falta de acesso aos alimentos por uma grande parte da população brasileira e de demais países pobres do mundo, por exemplo, é abordado na área de Ciências Naturais para o terceiro ciclo.

Questões relacionadas com a violência são abordadas em História, quando se analisam as conseqüências históricas das atitudes de discriminação e segregação: os acordos ou desacordos que favorecem ou desfavorecem convivências humanas mais igualitárias e pacíficas e que podem auxiliar na concretização da paz, do respeito pela vida. Também são abordadas na área de Educação Física, na qual se aponta a importância de questionar com os alunos o incentivo à violência potencialmente presente na forma de comunicação utilizada nos cadernos esportivos, jogos televisionados e irradiados em que são usados termos como “inimigos”, “guerra”, “batalha de morte”, para descrever atitudes de jogadores e torcidas.

Também no convívio escolar, inúmeras situações pedem e possibilitam a reflexão sobre as conseqüências das decisões para os diferentes sujeitos envolvidos nas situações, o que é fundamental para o desenvolvimento da atitude de repúdio às injustiças e para a busca de alternativas para sua superação.

Solidariedade

O respeito mútuo tem sua significação ampliada no conceito de solidariedade. Talvez se possa mesmo dizer que os gestos de solidariedade são, concretamente, expressão de respeito dos indivíduos uns pelos outros. Ser solidário é, efetivamente, além do respeito, partilhar de um sentimento de interdependência, reconhecer a pertinência a uma comunidade de interesses e afetos — tomar para si questões comuns, responsabilizar-se pessoal e coletivamente por elas.

O que se deseja aqui é aproximar as idéias de solidariedade e de doação, de ajuda desinteressada. A solidariedade não pode constituir-se em objeto de uma declaração, como os Direitos Humanos — no gesto solidário, trata-se de agir, não em função de determinado texto, de determinada lei, mas além de qualquer texto, de qualquer lei. A rigor, se todos fossem solidários nesse sentido, talvez nem se precisasse pensar em justiça: cada um daria o melhor de si para os outros.

A força da solidariedade dispensa que se demonstre sua relevância para as relações interpessoais. É importante, entretanto, estar atento para alguns equívocos, que se constata em certas circunstâncias. A palavra solidariedade pode ser enganosa. De fato, diz-se que os membros de uma quadrilha de ladrões, por exemplo, são “solidários” quando se ajudam e se protegem mutuamente. A mesma coisa pode acontecer com os membros de uma corporação profissional: alguns podem encobrir o erro de um colega para evitar que a imagem da profissão seja comprometida. Nesses casos, a “solidariedade” só ocorre em benefício próprio: se a quadrilha ou a corporação correr perigo, cada membro em particular será afetado. Portanto, ajuda-se o outro para salvar a si próprio.

É necessário considerar, também, as diversas formas de ser solidário. Não se é solidário apenas ajudando pessoas próximas ou engajando-se em campanhas de socorro de pessoas necessitadas, como, por exemplo, depois de um terremoto ou enchente. Essas formas são genuína tradução da solidariedade humana, mas há outras. Uma delas, que vale sublinhar aqui, diretamente relacionada com o exercício da cidadania, é a da participação no espaço público, na vida política. O exercício da cidadania não se traduz apenas pela defesa dos próprios interesses e direitos, embora tal defesa seja legítima. Passa necessariamente pela solidariedade, por exemplo, pela atuação contra injustiças ou injúrias que outros estejam sofrendo. É pelo menos o que se espera para que a democracia seja um regime político humanizado e não mera máquina burocrática.

A necessidade de começar a fazer parte do mundo adulto, o desejo de agir sobre a realidade e modificá-la é marcante na adolescência e na juventude. Na escola essa energia pode ser canalizada em prol de atividades que visem o bem-estar de todos, na perspectiva do desenvolvimento de atitudes solidárias. Entretanto, para que a solidariedade seja

concretizada, é necessário que o ensino contemple tanto a valorização de atitudes como o aprendizado de formas concretas de atuação. Assim, algumas observações são pontuadas a seguir.

- **Reconhecimento e valorização da existência de diversas formas de atuação solidária no âmbito político e comunitário.**

É importante que o aluno perceba que pode ser solidário tanto ao ajudar um amigo doente, que necessita momentaneamente de auxílio, como ao lutar por um ideal coletivo da sociedade. Ele precisa ter conhecimento das questões sociais mais urgentes, sensibilizar-se com elas, refletindo sobre os valores presentes nas sociedades e sobre os princípios que devem ser assumidos por todos para agir solidariamente. Um projeto pedagógico, no qual questões da realidade social que se encontram em debate sejam abordadas e discutidas, criará ocasião para que se pense em formas de colocar em prática idéias que concretizem ações solidárias. Só conhecendo, vivenciando situações e refletindo sobre elas o aluno pode construir uma postura solidária.

Organizar e participar de ações comunitárias, aprender cuidados específicos tais como primeiros socorros, responsabilizar-se pelo cuidado de bens coletivos, como uma biblioteca comunitária, ou um trabalho educativo em campanhas de saúde, ou ambientais, são formas de envolvimento dos alunos em busca de alternativas para problemas reais da comunidade ou da sociedade em geral.

Analisar as campanhas que a mídia divulga periodicamente com a intenção de alertar as pessoas para questões que envolvem a necessidade da participação de todos em busca de uma sociedade mais justa, relacionar essa análise aos problemas vivenciados na escola e na comunidade é um bom exercício de sensibilização para a ação solidária. É preciso que o aluno perceba-se considerado pela escola como alguém que tem liberdade para optar, iniciativa para agir, compromisso e responsabilidade para ser cidadão e que perceba também a importância de sua participação em ações solidárias coletivas.

- **Atuação compreensiva nas situações cotidianas.**

Uma aprendizagem importante para o desenvolvimento da atitude de solidariedade está relacionada com a percepção das causas das dificuldades que os “outros” enfrentam. Conhecer as condições de vida das pessoas, aprender a buscar as causas das dificuldades enfrentadas pelo outro, refletindo sobre o direito de todos a uma vida digna, contribuirá para que não sejam perpetuadas posturas equivocadas e preconceituosas e para que se modifiquem atitudes indiferentes diante de situações injustas ou egoístas, comumente

aceitas como naturais: “Isso sempre foi assim, não temos nada a fazer”. Levar em conta os direitos do outro, buscar razões que expliquem a ausência desses direitos em alguns contextos sociais, colocar-se no lugar do outro, significa levá-lo a sério, considerá-lo real, compreendê-lo. A atitude de compreensão indica não apenas uma apreensão racional de conceitos, mas também um envolvimento afetivo com a situação vivenciada.

Destaca-se aqui a importância de o aluno aprender a ajudar os colegas que são portadores de necessidades especiais e perceber que também podem ser ajudados por eles. E é preciso romper com tabus, com a desinformação e a ignorância, que levam a atitudes negativas em relação a essas pessoas. A informação e a preparação dos alunos para recebê-los deverá estar direcionada para a descoberta e aceitação de dificuldades, deficiências e necessidades que todo ser humano possui, e para a valorização das diferenças e da cooperação.

O professor deve estimular para que sejam resgatadas atitudes que valorizem a prática da solidariedade na sala de aula — aí convivem ritmos de aprendizagem diferenciados, são expressos desejos e emoções distintos. O respeito aos colegas e a relação de cooperação precisam ser valorizadas e assumidas por todos. Os alunos precisam sentir que podem e necessitam ajudar e ser ajudados. Todos têm alguma coisa para partilhar: a valorização do trabalho em duplas ou grupos, por exemplo, é muito importante para estimular a partilha. Aqueles que têm mais dificuldade em aprender podem ser auxiliados pelos colegas, se forem propostas na sala de aula parcerias e estratégias de colaboração, responsabilizando a todos pela aprendizagem de todos, numa relação solidária.

Isso não significa fazer pelo colega, mas fazer com ele. A solidariedade que se busca que o aluno aprenda deve aproximar-se da idéia de generosidade, que não é caridade, atitude paternalista, mas compromisso e cidadania, caracterizando-se como oposição à qualquer forma de corporativismo que se coloque acima da busca da justiça, ou que desconheça o bem comum e como a possibilidade de um sentimento de altruísmo: uma atitude de solidariedade com aqueles que necessitam ajuda, seja nas relações cotidianas e interpessoais, seja pensando-se como parte da humanidade e, portanto, co-responsável pela solução dos problemas que afetam a todos. Essa é uma aprendizagem que requer, portanto, envolvimento de todos aqueles que fazem parte do contexto da escola.

- **Conhecimento de ações necessárias em situações específicas.**

Ter a possibilidade de conhecer melhor o local em que mora por meio de pesquisas orientadas pela escola e aprender que a escola é uma instituição que faz parte da comunidade e precisa manter uma relação de intercâmbio com as demais instituições é uma forma de

implementar a proposta de integração da comunidade com a escola, pautada pela atuação solidária.

Conhecer melhor a comunidade, coletando informações sobre as instituições que realizam trabalhos solidários e atendem a população, divulgar esses serviços, avaliar sua proposta de atuação na comunidade, proporciona a criação de um vínculo de coresponsabilidade entre a escola e as instituições.

Os alunos necessitam aprender como, de fato, traduzir a solidariedade em ações. Um exemplo pode ser dado no tema Saúde. Alguém está passando mal ou teve um acidente. O mínimo sentimento de solidariedade exige que se o ajude. Porém, como fazer? O que fazer? Se for o caso, a quem chamar? Para onde transportar a pessoa? Sem esses conhecimentos básicos, a solidariedade fica apenas na intenção. Portanto, é imperativo que a escola promova tais aprendizados. Estabelecer parcerias com instituições como o Corpo de Bombeiros, Postos de Saúde e outras que possam dar informações adequadas sobre como agir corretamente em situações de emergência, contribuirá para a formação do jovem e a percepção das formas corretas de ajuda.

- **Repúdio a atitudes desleais, de desrespeito, violência e omissão.**

Para que o jovem aprenda a repudiar atitudes violentas é preciso que saiba identificá-las. O papel da escola é o de desvelar essa situação por meio de discussões que explicitem os diferentes tipos de violência (física, moral, simbólica) que jovens, adultos e crianças podem sofrer, auxiliando o aluno a reconhecer atitudes violentas, prevenir-se contra elas, conhecer instituições que auxiliem vítimas de violência e a possibilidade de denunciar essas atitudes.

Faz-se necessário chamar a atenção para atitudes de omissão que podem impedir a prática da solidariedade: é fundamental trazer para sala de aula discussões que envolvam atitudes de omissão nos dias de hoje e em nossa história, criando espaços para avaliação de atitudes que contribuem para que as pessoas não se mobilizem para uma ação solidária.

Ao mesmo tempo, é importante a valorização de atitudes de solidariedade identificadas na escola e fora dela. Não se pode deixar de marcar que, ao lado de atitudes de indiferença e descrédito, tem-se assistido também a uma revalorização da solidariedade traduzida tanto em ações coletivas e de caráter político (tal como o próprio movimento pelos direitos humanos, a Anistia Internacional etc.) como em ações individuais ou de pequenos grupos que se mobilizam para o enfrentamento de problemas específicos (tais como campanhas de ajuda, atendimento a pessoas necessitadas etc.).

Diálogo

Para não se estar só, não basta estar ao lado de alguém, é preciso comunicar-se com ele.

A comunicação entre os seres humanos pode ser praticada em várias dimensões, que vão desde a cultura como um todo, até a conversa entre duas pessoas. Ela pode ser fonte de riquezas e alegrias: o contato que o artista estabelece com seu público, a discussão científica sobre algum tema relevante, o debate caloroso sobre questões complexas, o silencioso diálogo de olhares entre amantes.

O diálogo é expressão fundamental da relação entre os seres humanos, doação mútua da palavra, sinal distintivo da humanidade. Ser humano é ser com os outros. O dado primordial da presença humana no mundo é o de se encontrar em companhia, endereçar a palavra uns aos outros, na busca daquilo que constitui o encontro.

O encontro se dá entre indivíduos que se reconhecem. E reconhecer quer dizer também respeitar, saudar no outro um semelhante, que afirma sua liberdade e resiste a ser tratado como objeto ou a ser negado. O outro não é igual senão sendo diferente.

Muitas vezes as pessoas afirmam que estão dialogando com alguém, quando, na verdade, o que fazem é passar-lhe ordens, impor-lhe visões de mundo, fechar os ouvidos à sua palavra. Quando só um dos interlocutores tem “voz ativa”, como se costuma dizer, rompe-se qualquer possibilidade de diálogo. É necessário, portanto, lançar-se corajosamente à “aventura do diálogo”. A exigência da coragem se justifica na medida em que há um risco constante em expor-se aos outros e acolhê-los em sua diferença, em sua especificidade. Mas é verdadeiramente uma aventura, uma ocasião de descoberta e fruição, que enriquece, dignifica e faz crescer as pessoas e, junto com elas, a sociedade a que pertencem.

O diálogo é uma arte a ser ensinada e cultivada, e a escola é o lugar privilegiado para que isso ocorra. No entanto, existem concepções diferenciadas a respeito do que é o diálogo no processo de ensino e aprendizagem. Frequentemente o diálogo é visto apenas como o momento em que o aluno responde ao professor sobre assuntos abordados e discutidos. A expectativa é de que a conversa a respeito do que está sendo aprendido contemple aquilo que foi eleito como conteúdo necessário para aprendizagem. Nessa perspectiva, o diálogo reduz-se à intenção de avaliar se os alunos realmente entenderam o que o professor ensinou. Por outro lado, pode-se pensar no diálogo como um “bate-papo” informal a respeito de assuntos variados ou de situações cotidianas, desvinculadas do conteúdo da área de conhecimento. Ao analisar essas duas formas de diálogo, vê-se que ambas possuem

preocupações que não podem ser descartadas. Porém, o ideal é que se pense no diálogo como uma prática cotidiana na sala de aula, que tem a preocupação de integrar as experiências de vida dos alunos e professor, e a relação viva com o conteúdo que será sistematizado, tornando a aprendizagem significativa.

Não há dúvida de que um dos objetivos fundamentais da educação é fazer com que o aluno consiga participar do universo da comunicação humana, apreendendo por meio da escuta, da leitura, do olhar, as diversas mensagens — artísticas, científicas, políticas e outras — emitidas de diversas fontes, fazer com que seja capaz de, por meio da fala, da escrita, da imagem, emitir suas próprias mensagens. Se a escola pretende exercer ação transformadora, deve eleger o diálogo como estratégia para desenvolver o processo de ensino e aprendizagem.

- **Valorização do diálogo nas relações sociais.**

A linguagem é um fato social, e o diálogo só acontece se houver outro a quem se possa destinar a fala. No diálogo, revelam-se, explicitam-se e confrontam-se os valores fundamentais de uma sociedade.

Portanto, ao se pensar em um trabalho que valorize o diálogo como estratégia de aprendizagem é importante que se promova o debate de opiniões, a formulação de situações-problema, que se analisem as hipóteses levantadas, as opiniões diferentes. A socialização das opiniões e o confronto de diferentes posicionamentos sobre os assuntos mais variados contribuirão para a construção do saber por meio de múltiplas visões. Desta forma, o diálogo partirá da pluralidade de idéias rumo à construção do conhecimento, contribuindo para a conquista da autonomia moral e intelectual dos alunos.

Não é possível separar questões de convivência escolar daquelas relacionadas ao trabalho desenvolvido nas diferentes áreas de conhecimento, pois elas estão interligadas. A ação dialógica do professor, desafiando o aluno a pensar sobre várias questões relacionadas aos conteúdos trabalhados, o auxiliará a entender a importância da sua ação, que envolve respeito, dedicação, busca, engajamento, pesquisa, troca, participação, descoberta. Assistidos pelo professor, os alunos terão a possibilidade de descobrir o prazer de aprender com o outro, que é seu igual no desejo e na curiosidade para investigar a realidade.

Um trabalho que se preocupe com o respeito à fala do aluno contribuirá para que ele se sinta seguro ao colocar sua opinião a respeito dos diferentes assuntos tratados na escola e participe mais amplamente do universo da comunicação humana, aprendendo ao fazer junto com os outros leituras diversas da realidade em que vive e atua.

- **Valorização das próprias idéias, disponibilidade para ouvir idéias e argumentos do outro e reconhecimento da necessidade de rever pontos de vista.**

Por meio da linguagem as pessoas organizam seus pensamentos e expressam seu posicionamento diante de diferentes situações e, ao mesmo tempo, têm acesso ao posicionamento do outro. A aprendizagem do respeito ao outro passa por esta questão: o conhecimento de que o outro expressa sua fala, sua opinião e que nem sempre é coincidente com a opinião pessoal. Por outro lado, ouvir o outro com atitude de respeito e considerar opiniões divergentes são boas oportunidades de enriquecimento do próprio saber. Em situações de confronto, a análise mais aprofundada sobre o motivo das divergências de pensamentos possibilitará ao aluno reforçar ou reformular suas hipóteses a respeito das idéias ou posições colocadas e coordenar as próprias ações com as dos outros.

Algumas pessoas podem ter dificuldade para expressar suas idéias, enquanto outras podem monopolizar a fala sem deixar espaço para os demais colegas. Certos alunos têm muito medo de dar sua opinião diante dos colegas. É importante saber que ter coragem para apresentar uma questão ou dar uma resposta é, às vezes, difícil.

Ninguém melhor que o professor na sala de aula para ajudar o aluno a sentir-se seguro ao colocar suas opiniões e, ao mesmo tempo, fazê-lo perceber que o que está dizendo é importante para a construção de seu conhecimento e de seu grupo.

É possível criar situações que estimulem os alunos a pensar e a expressar suas idéias por meio da leitura de fotos e gravuras, de pequenos textos, charges, trechos de filmes etc., rompendo com a idéia de necessária unicidade a respeito do assunto tratado, propiciando um olhar amplo que possibilite o levantamento de diferentes hipóteses dos alunos e o confronto entre elas, especialmente no momento da primeira aproximação do aluno com o tema. A opção por questões que correspondam a respostas já esperadas encerrará a possibilidade de que haja o diálogo.

O professor deverá ficar atento a alguns itens que podem contribuir para que o trabalho com o desenvolvimento do diálogo tenha sucesso. Em primeiro lugar, é preciso lidar com a sua ansiedade em relação ao silêncio dos alunos que às vezes se segue a uma pergunta. O caminho que o aluno percorre para selecionar a resposta, criar coragem para tomar a palavra e responder é longo. Muitas vezes a falta de paciência do educador acaba sendo responsável pela inibição do aluno.

Quando os alunos formulam suas explicações podem ocorrer duas situações: chegar-se a um consenso e todos concordarem com aquela opinião. Nesse caso, o professor poderá

confrontar a unanimidade exercendo a função de crítico e desafiando o grupo a rever seus posicionamentos diante da questão. Pode-se, também, chegar a um dissenso em que, mediante posições divergentes, uns questionam a explicação dos outros, obrigando todos a refletirem mais sobre a questão.

A atitude do professor é sempre fundamental. De um lado, quando fala aos alunos, ele deve mostrar-se claro, objetivo. De outro, deve cuidar para que seus alunos conquistem a mesma clareza, que não utilizem e recusem expressões vagas ou incorretas, que podem levar a interpretações errôneas.

Em seu papel de coordenador, o professor poderá orientar o diálogo argumentativo, fazendo com que cada um leve em conta as posições, argumentos e considerações dos outros para construir seu raciocínio e buscar dar maior consistência e clareza às suas colocações.

- **Utilização do diálogo como instrumento de cooperação.**

O aprendizado da cooperação é elemento fundamental do desenvolvimento moral. De fato, para se cooperar efetivamente, é preciso saber ouvir e saber expressar-se. Em uma palavra, é preciso saber dialogar.

O trabalho em grupo, entendido como a cooperação com o outro em busca de decisões conjuntas, contribuirá para que os alunos, orientados pelo professor, aprendam paulatinamente a fazer contratos, a honrar a palavra empenhada, a comprometer-se na elaboração de projetos coletivos, a estabelecer relações de reciprocidade. Todas as áreas de conhecimento poderão utilizar essa estratégia cotidianamente. Trata-se de uma orientação geral, cujos efeitos são ricos do ponto de vista da aprendizagem dos diversos conteúdos, como também no desenvolvimento do respeito mútuo: somente há possibilidade de trabalho em grupo se cada um levar em conta o ponto de vista do outro e coordená-lo com o seu próprio.

- **Transformação e enriquecimento do saber pessoal pelo diálogo.**

É preciso que o jovem aprenda que, quando se expressa uma idéia para outra pessoa por meio da fala, ela retorna modificada e contribui para a reformulação e melhor compreensão do que está sendo discutido. Compreender, nessa perspectiva, significa opor a própria palavra à palavra do outro para a construção de um novo discurso, que envolve a ambos. O novo sentido construído nessa compreensão passa a ser traço de união entre os que participam do diálogo.

Em situações de conflito, o diálogo permite garantir o respeito mútuo e encontrar soluções mais justas, ou seja, evitar que se imponha a lei do mais forte, fazendo com que os direitos de cada um sejam respeitados.

Tornar a sala de aula um espaço de diálogo é o desafio para o professor no trabalho com alunos dos terceiro e quarto ciclos, pois muitas vezes os alunos passam anos juntos sem compartilhar idéias, sem explicitar conflitos. Cabe ao professor propiciar momentos em que seja privilegiado o fazer coletivo, sem, contudo, eliminar os momentos de trabalho individual dos alunos. Momentos orientados e planejados em que os alunos coloquem suas opiniões levantando hipóteses, negociando diferentes soluções, encaminhando novas e mais aprofundadas discussões sobre os conteúdos que estão sendo trabalhados ou sobre fatos do dia-a-dia. É importante que faça parte do projeto pedagógico da escola o planejamento de atividades que possam enriquecer o currículo escolar e, ao mesmo tempo, melhorar as relações. Visitas a exposições, passeios, feiras culturais, feiras de ciências, festivais, teatros na escola, trabalhos de estudo do meio, são boas oportunidades para desenvolver a sociabilidade.

A aprendizagem em todas as áreas de conhecimento contribui para que o aluno desenvolva a capacidade de dialogar. O conhecimento expande o horizonte do pensar, relativiza pontos de vista particulares. E também pode ser avaliado, discutido, trocado. Não há nem reais descobertas, nem real aprendizagem se não forem fruto de rica comunicação entre indivíduos.

- **Participação dialógica na tomada de decisões coletivas.**

Deve-se criar na escola um ambiente estimulador de discussões coletivas, utilizando estratégias diversificadas de ação, abrindo canais de participação para proporcionar aos diferentes segmentos da escola a oportunidade de colocar a sua opinião. Painéis interativos com boas questões poderão cumprir esse papel. Discussões sobre assuntos variados, atuais, polêmicos, ou mesmo sugestões para o que se deve comprar com as verbas que a escola recebe são boas oportunidades para implementar esse canal de participação e, ao mesmo tempo, para se fazer uma boa leitura da realidade da escola a partir do que todos os envolvidos pensam. Aqueles que participam dessa ação farão a leitura coletiva das opiniões e todos terão oportunidade de confrontar suas opiniões, entendendo que existem as iguais e as diferentes das suas.

É importante que as opiniões sejam realmente levadas em conta e utilizadas em conclusões ou decisões tomadas na escola e amplamente divulgadas. Nessa forma de ação, revelam-se diferentes valores, explicitam-se conflitos e busca-se melhor convivência. A discussão ampla na qual a opinião do outro é respeitada, em que há liberdade de colocar

opiniões, em que é enfatizado o compromisso com o coletivo da escola e com o bem-estar de todos, possibilitará um novo olhar para o cotidiano, um olhar que tem como objetivo a participação na construção da cidadania.

